

Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável

ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM PATRIMÔNIO
MUNDIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
OURO PRETO - MG | BRASIL | FEVEREIRO | 2012

Cultural Heritage and Sustainable Development

CONSULTATIVE MEETING ON WORLD HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT
OURO PRETO - MG | BRAZIL | FEBRUARY | 2012

Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável

ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM PATRIMÔNIO
MUNDIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
OURO PRETO - MG | BRASIL | FEVEREIRO | 2012

Cultural Heritage and Sustainable Development
CONSULTATIVE MEETING ON WORLD HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT
OURO PRETO - MG | BRAZIL | FEBRUARY | 2012





APRESENTAÇÃO

Esta publicação dá continuidade à coleção **Anais** do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, inaugurada com os volumes sobre o *I Encontro da Casa de Samba de Santo Amaro da Purificação* (2007), no estado da Bahia, e sobre o *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural* (2009), em Ouro Preto, no estado de Minas Gerais.

Agora, este pequeno volume, que inclui uma versão em inglês, tem por objetivo divulgar e promover a reflexão sobre os temas debatidos no *Encontro de Especialistas em Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável*, também realizado na cidade de Ouro Preto, entre os dias 05 e 08 de fevereiro de 2012. O estabelecimento de políticas públicas ambientalmente sustentáveis e a ampliação e qualificação da proteção ao patrimônio cultural mantêm uma relação muito estreita.

Com a expansão do conceito de patrimônio cultural nas últimas décadas ficou evidente que as políticas de preservação já não estão apenas vinculadas ao conceito de excepcionalidade, mas principalmente ao exercício da cidadania. Além disso, elas passaram a considerar a dimensão territorial desse patrimônio. Por essa razão, sua integração às demais políticas públicas, em busca de uma relação sincrônica e diacrônica com o desenvolvimento e o futuro, deve apontar para além do que tem sido nossa atuação histórica.

O compromisso com o combate a pobreza, com a melhoria da qualidade de vida, com a supressão das privações que restringem os direitos e liberdades de bilhões de trabalhadores em todo o mundo deve estar sempre presente. Como nos lembra Amartya Sen, crescimento econômico precisa significar maior bem-estar social. Bons índices de desenvolvimento humano, preservação do patrimônio cultural e do meio ambiente são passos importantes para o desenvolvimento sustentável e devem caminhar juntos.

Outra questão da maior relevância que também merece toda atenção é a da cooperação internacional. Sua pequena escala tem duas consequências imediatas: a dificuldade em se estruturar a ideia e o conceito de “bem comum”, de valores universais e a continuidade da enorme assimetria Norte/Sul. Diminuir essa desigualdade é condição essencial para que possamos falar em desenvolvimento sustentável numa escala mundial e afirmar nosso compromisso em preservar o planeta para as atuais e futuras gerações.

Boa leitura!

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CRÉDITOS

Presidenta da República do Brasil DILMA ROUSSEFF	President of Brasil DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado da Cultura ANA DE HOLLANDA	Minister of Culture ANA DE HOLLANDA
Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA	President of the National Historic and Artistic Heritage Institute LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Diretoria do Iphan ANDREY ROSENTHAL SCHLEE CÉLIA MARIA CORSINO ESTEVAN PARDI CORRÊA MARIA EMÍLIA NASCIMENTO SANTOS	Iphan Direction ANDREY ROSENTHAL SCHLEE CÉLIA MARIA CORSINO ESTEVAN PARDI CORRÊA MARIA EMÍLIA NASCIMENTO SANTOS
Coordenação editorial e Organização LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY	Editorial coordination and Organization LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
Edição e Revisão CAROLINE SOUDANT	Edition and Revision CAROLINE SOUDANT
Versão para o inglês FABIANA FERREIRA	English version FABIANA FERREIRA
Tradução do inglês PAULA ZIMBRES	English translation PAULA ZIMBRES
Projeto gráfico RARUTI COMUNICAÇÃO E DESIGN/CRISTIANE DIAS	Graphic design RARUTI COMUNICAÇÃO E DESIGN/CRISTIANE DIAS
Fotos ACERVO IPHAN	Photos IPHAN ARCHIVES

I59p Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; organizador, Luiz Philippe Torelly. -- Brasília, DF : Iphan, 2012.
70 p. ; il. ; 24 cm. -- (Anais ; v. 3)

Bílingue

1. Patrimônio Cultural. 2. Patrimônio Mundial. 3. Desenvolvimento Sustentável. I. Torelly, Luiz Philippe. II. Título. III. Série.

CDD 363.69

SUMÁRIO

- 03 APRESENTAÇÃO
- 07 PATRIMÔNIO E SUSTENTABILIDADE: A TRAJETÓRIA DO IPHAN
Luiz Fernando de Almeida
- 13 PATRIMÔNIO MUNDIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan
- 25 ATA DA REUNIÃO CONSULTIVA DE ESPECIALISTAS EM
PATRIMÔNIO MUNDIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Centro do Patrimônio Mundial – Unesco
- 41 ENGLISH VERSION
- 41 PRESENTATION
- 42 HERITAGE AND SUSTAINABILITY: IPHAN'S TRAJECTORY
Luiz Fernando de Almeida
- 46 WORLD HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT:
CHALLENGES FOR THE 21ST CENTURY
Institute of Historical and Artistic Heritage – Iphan
- 54 CONSULTATIVE MEETING ON WORLD HERITAGE AND
SUSTAINABLE DEVELOPMENT
World Heritage Center – Unesco
- 68 LISTA DE PARTICIPANTES / LIST OF PARTICIPANTS



PATRIMÔNIO E SUSTENTABILIDADE: A TRAJETÓRIA DO IPHAN*

Luiz Fernando de Almeida

Bom dia a todos. Eu tenho algumas pretensões com a minha fala. A primeira é ser muito sintético. A segunda, estabelecer uma relação entre a experiência brasileira de gestão de uma instituição de patrimônio cultural e a Convenção do Patrimônio Mundial. A terceira e última, ser provocativo. No Brasil, nós usamos a expressão “não chover no molhado” para nos referirmos à tentativa de dizer algo que signifique um passo adiante, no caso, na aplicação da Convenção de 1972.

* Palestra proferida no Encontro de Especialistas em Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável, em Ouro Preto, entre os dias 05 e 08 de fevereiro de 2012.

Eu vou começar falando um pouco das singularidades do Iphan com a perspectiva de que faça sentido para essa nossa discussão sobre a relação entre patrimônio e desenvolvimento sustentável. Ao contrário do que aconteceu em outros países, a política de patrimônio que começou no Brasil há 75 anos, com a criação do Iphan, foi formulada por intelectuais modernos, que não estavam ligados a uma ideia romântica de passado, mas que partiam do princípio de que havia uma possibilidade de conciliação entre a preservação e a construção do futuro. Era possível, ao mesmo tempo, por exemplo, conservar Ouro Preto e construir uma cidade moderna, ou seja, conciliar a arquitetura moderna com a cidade antiga. Essa é, a meu ver, uma das questões centrais ainda hoje colocadas para uma política de patrimônio: ser capaz de, simultaneamente, preservar o passado e construir o futuro. Acho que é nesse ponto que se encontra a primeira noção de sustentabilidade dentro da aplicação da política de patrimônio. O segundo ponto singular da criação do Iphan e da experiência brasileira é que a instituição começou suas ações a partir de uma visão muito ampla do que é o patrimônio cultural, incluindo não somente o patrimônio monumental, arquitetônico, mas também o patrimônio arqueológico, paisagístico, o patrimônio das artes aplicadas, ou seja, com uma visão de patrimônio generalista e ampla. Apesar de ter sido essa a concepção inicial, na prática

a política de patrimônio não se desenvolveu da maneira como havia sido imaginada, principalmente porque, naquele momento, entre os anos 1930 e 1940, não havia legitimidade para uma política de Estado que trabalhasse com as artes populares, que trabalhasse para além de uma ideia de monumentalidade. Mas, essa visão mais ampla permaneceu como um princípio geral da formação e da organização do Iphan.

Na verdade, em minha opinião, essa concepção tem obtido resultados, na medida em que se constrói uma ideia de identidade nacional, rompendo com a divisão entre aquilo que havia sido o Brasil colonial e o que seria o Brasil republicano. Há uma ideia que foi desenvolvida em cima das ações do Patrimônio no Brasil de que havia uma independência cultural brasileira antes da independência política. Ou seja, a ideia de identidade que o Patrimônio criou no Brasil, entre os anos 1930 e os anos 1940, resolveu um problema presente nos países que viveram processos coloniais similares.

Essa construção ideológica chegou a uma situação em que os princípios de suas formulações se consolidaram até se depararem, nos anos 1960 e 1970, com outra em que ficou cada vez mais claro que uma ação de preservação do patrimônio, por si só, não conseguiria resolver todos os problemas que se colocavam dentro de uma visão mais geral. Sendo um pouco mais específico: numa cidade como Ouro Preto, quando o Iphan instituiu a preservação de seu centro histórico nos anos 1930, a ideia era proteger aquilo que é o casco histórico da cidade e também toda a ambiência da cidade, todas as montanhas ao seu redor. O centro histórico de fato está preservado, mas a política de patrimônio foi incapaz de resolver os problemas de ocupação irregular, da ausência de planejamento. Ouro Preto sofreu um processo de industrialização com a recuperação da mineração nos anos 1950 e 1960, e o Patrimônio não foi capaz de conceber o que seria a construção dessa nova cidade, o que seria o surgimento dos novos bairros populares da cidade, o que significou, na verdade, um limite para sua ação, e nos permitiu constatar que só a política de patrimônio era insuficiente para enfrentar os problemas do desenvolvimento urbano.

Acho que esse é um ponto de inflexão sobre a relação entre patrimônio e sustentabilidade. Essa questão não está ligada somente às políticas de patrimônio. Acredito que o grande salto conceitual, que aconteceu principalmente a partir dos anos 1980, foi entender que o conceito de patrimônio não estava mais somente vinculado a uma ideia

de excepcionalidade, mas que estava ligado à ideia de direito à cidadania e à de que, onde houvesse território e onde houvesse pessoas, onde houvesse gente e houvesse terra, haveria de existir uma política de patrimônio. Foi, então, rompida a ideia de excepcionalidade, de uma instituição de patrimônio como mera gestora das cidades históricas para se pensar na ideia de patrimônio como um direito. Todo o território, independente da sua singularidade, tem direito e deve ter uma política de patrimônio. Então, a ação da instituição deixa de estar localizada em pontos específicos do território e passa a abranger a sua globalidade. Deixa de fazer a gestão somente dos sítios históricos, por exemplo, e passa a ser uma instituição que estimula a formulação de políticas de patrimônio nos estados, nos municípios, para promover o fortalecimento da sociedade civil. Obviamente, essa é uma visão conceitual, mas ainda não conseguimos ter a estrutura necessária para sua efetivação em todo o território nacional.

De certa maneira, portanto, a história do Iphan e os problemas que a instituição enfrenta são paralelos a essa discussão que se coloca para nós hoje sobre o significado de patrimônio e sustentabilidade. Eu tenho a impressão de que no debate atual, talvez inadvertidamente, trabalhamos o conceito de sustentabilidade como uma abstração, no sentido de que há outra dimensão que a nossa política deve ter e não tem. Para mim, o desenvolvimento sustentável é a nossa própria política, o que não deixa de ser uma ideia romântica, como se fosse possível apagar as nossas pegadas, como se nós pudéssemos compensar a maneira como estabelecemos a nossa relação com o território. Eu acredito que para romper essa visão, é preciso abandonar a ideia de que essa questão é abstrata e trabalhar naquilo que está dentro da nossa governabilidade. O problema da sustentabilidade é a sustentabilidade das políticas que nós fazemos. Ou seja, o problema das borboletas, o problema do peixe, o problema do cedro, não é o cedro, não é o peixe, mas é a política pública que é feita sobre a gestão territorial e a gestão da relação do homem com a natureza. Então, se nós estamos num processo de evolução em que, cada vez mais, a política pública de patrimônio tem que ser transversal, é preciso romper com a sua setorialidade. Para que isso ocorra, é necessário cada vez mais, trabalhar com a ideia de território. A base é o território. Esse processo está acontecendo dentro das políticas públicas dos Estados-Parte. Uma parcela significativa deles e suas instituições de patrimônio estão se deparando com esses problemas.

O fenômeno que se percebe é uma dissociação, sob o ponto de vista conceitual, da Convenção do Patrimônio, estabelecida há quarenta anos, e como se dão hoje o problema e a gestão de patrimônio nos Estados-Parte. Atualmente, outros conceitos substituem a noção de excepcionalidade, mas a Convenção de Patrimônio permanece ligada a essa ideia. Então, talvez essa seja uma das questões mais importantes a ser discutida. Ou a Convenção é um instrumento para efetivar políticas dentro dos países ou é apenas a estruturação de uma burocracia que é, na verdade, autofágica. Acredito que essa situação decorre, de certa maneira, da forma como tem sido feita a gestão da Convenção. Vale salientar que não estou afirmando que o modo como o Centro do Patrimônio Mundial faz isso é o responsável, porque, do meu ponto de vista, o Centro do Patrimônio Mundial trabalha a partir das determinações dos Estados-Parte. Mas, eu acredito que a maneira como tem sido construída a gestão do Patrimônio Mundial e do patrimônio dentro da Unesco precisa ser alterada.

Eu vou mostrar alguns indicadores daquilo que imagino que deva ser mudado. Primeiro, nós não podemos estabelecer indicadores de que a política de patrimônio nos países esteja ligada à quantidade de bens inscritos na Lista de Bens do Patrimônio Mundial, porque isso reflete uma visão de construção de identidade nacional e de patrimônio já superada e xenofóbica, contrária a um desejável rompimento de barreiras no sentido do bem comum. Então, a grande questão que está colocada hoje para a política de patrimônio dentro da Unesco, que é uma instituição que interessa aos países, é reconstruir a maneira como se concebe e como se trabalha a ideia de patrimônio nos próprios países.

O que importa na Convenção não é quantos são os bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, quantas são as excepcionalidades, que são sempre estabelecidas a partir de critérios ideológicos. O que importa é que tenhamos políticas de patrimônio inseridas nas políticas centrais dos países, estabelecendo estratégias de ocupação do território e atribuindo legitimidade às suas políticas públicas, para que sejam capazes de contribuir na construção de uma sociedade melhor, mais equilibrada e mais justa. Reitero que uma das questões centrais da discussão sobre a revisão da Convenção, nesses quarenta anos, é a ideia de excepcionalidade do Patrimônio Mundial e o restabelecimento da relação da Convenção com o que acontece hoje dentro de cada País-membro. Parte do desconforto que se percebe nas reuniões do Comitê do Patrimônio Mundial está ligada

exatamente a esse paradoxo: a ideia da excepcionalidade de um bem como afirmador de uma identidade nacional reflete um contrassenso à ideia de patrimônio comum, um contrassenso a uma efetiva política de patrimônio mundial. Outra dimensão importante para nossa reflexão deve considerar que essa Convenção, após quarenta anos, tem gerado pouca cooperação internacional. A cooperação internacional é fundamental para estabelecer a ideia do bem comum. Se nós queremos conceber o patrimônio, não como afirmador de identidade, porque isso gera xenofobismo, o fundamental é a cooperação. E quando tomamos os indicadores, percebemos que a cooperação é minimizada dentro das outras ações porque, na verdade, infelizmente, a própria autofagia da Convenção inviabilizou essa possibilidade ali prevista. É um problema de gestão.

Ao falar de sustentabilidade, nós não podemos visar o outro. A primeira questão que está colocada é a sustentabilidade da própria política e, no meu ponto de vista, a política de patrimônio constrói, por sua própria natureza transversal e pela ideia do bem comum, a possibilidade de que essa discussão ocorra em outras bases. Devemos, portanto, voltar aos princípios da Convenção. Nós precisamos repensar: por que a fizemos? O que queremos com a Convenção? No meu ponto de vista, nós queremos é que os países tenham políticas de patrimônio eficientes e que os países protejam seu patrimônio, mas a ideia de patrimônio não pode mais se assentar apenas na excepcionalidade. A ideia de patrimônio deve ser construída de modo a ressaltar o patrimônio popular, o patrimônio monumental, o patrimônio ambiental, ou seja, patrimônio é a relação histórica que nós construímos com o território. Então, nós precisamos repensar que papel a Convenção pode desempenhar para a cooperação entre os países e pensá-la como um instrumento e não como um fim. O problema não é ter um local simplesmente eleito como Patrimônio da Humanidade. O problema é que a inclusão de um local entre os bens do Patrimônio Mundial deve ser o resultado de um exercício de cooperação exemplar na nossa relação com o território, com a comunidade internacional, num reconhecimento de que habitamos o mesmo planeta. O que aconteceu nos últimos vinte anos é que as políticas ambientais se transformaram em políticas que dialogam com toda a sociedade global e as políticas de patrimônio deixaram de fazê-lo porque deixaram de, lá na origem, como princípio, problematizar as suas questões. Então, o problema do patrimônio hoje é repensar seus primeiros critérios, as primeiras questões que nos levaram a criar essa Convenção. Eu espero que tenha conseguido fazer uma provocação.



MAZ

E

PATRIMÔNIO MUNDIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI¹

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a necessária incorporação da preservação e salvaguarda do patrimônio cultural no âmbito das políticas de desenvolvimento sustentável, considerando, por um lado, que essa dimensão deve ser a premissa básica no processo de formulação e implementação de políticas de patrimônio cultural e, por outro, que papel as políticas de preservação podem exercer, apoiando um processo de desenvolvimento sustentável, com vistas à promoção da qualidade de vida e do bem-estar social. Além disso, pretende sugerir diretrizes e ações que repliquem as experiências positivas tanto dos sítios reconhecidos como Patrimônio Mundial, como daqueles reconhecidos como Patrimônio Nacional. Para não incorrer no risco de dubiedade conceitual, foi utilizada aqui uma bibliografia referencial, mencionada ao longo do texto e devidamente consignada ao final. O conceito de desenvolvimento sustentável adotado é o constante da Agenda 21, de larga aceitação entre governos nacionais, organizações internacionais, organismos multilaterais e organizações não governamentais.

Em junho de 2012, será realizada na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas denominada *Rio+20 - O Futuro que Queremos*, cujo propósito é estabelecer pactos globais que possibilitem o controle e a redução de todas as formas de poluição e degradação dos recursos naturais e culturais e adotar princípios e procedimentos de desenvolvimento que assegurem às atuais e futuras gerações o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza. É possível construir um futuro solidário sem considerar a dimensão cultural e seu papel primordial na preservação da memória e identidade dos povos?

A Conferência reveste-se de especial relevância, face ao êxito parcial de suas predecessoras, as de Estocolmo, em 1972, do Rio de Janeiro, em 1992,

1. Texto produzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, por ocasião da Reunião de Especialistas a respeito do tema “Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável”, organizada em parceria com o Centro do Patrimônio Mundial da Unesco, em fevereiro de 2012.

e de Johannesburgo, em 2002. Embora o controle das diferentes formas de poluição, bem como da mudança dos modos e sistemas de produção tenham ficado aquém do desejado, as Conferências tiveram o papel fundamental de alertar governos, agentes econômicos, centros de pesquisa, imprensa e a população, em geral, a respeito da aceleração do ritmo de poluição e destruição dos recursos materiais e imateriais renováveis e não renováveis.

Contudo, apesar dos sinais evidentes do aquecimento global, da escassez de água potável em muitas regiões e da poluição dos oceanos e do solo, isso não foi suficiente para que muitos países desenvolvidos ou emergentes adotassem medidas restritivas ao consumo e a uma concepção de desenvolvimento que em sua essência é predatória. O recente fracasso da Conferência de Durban (2011) é um exemplo dessa situação. Por outro lado, os países pobres ou emergentes reivindicam a superação de tal condição e igualmente o aumento do consumo. Infelizmente os recursos são finitos e insuficientes em médio prazo para atender às demandas de todos, caso perdue o modelo atual de desenvolvimento, calcado em uma falsa noção de progresso infinito.

Nesse cenário repleto de paradoxos, o conceito de patrimônio cultural ampliou-se consideravelmente nas últimas décadas. A adoção da transversalidade como princípio e das leituras territoriais como meio de percepção de que os aspectos naturais e culturais se entrelaçam tornaram as abordagens mais complexas e múltiplas. Seja em sua dimensão material estendendo a ação preservacionista a um espectro maior de bens em várias escalas, como, por exemplo, nas paisagens e itinerários culturais, seja em sua dimensão imaterial, cujos avanços foram notáveis, como no registro, salvaguarda e difusão de saberes, celebrações, formas de expressão e lugares que constituem o cerne das culturas em suas diversas manifestações. Pode-se afirmar, portanto, que na atualidade a preservação do patrimônio cultural não é apenas mais abrangente, ela reflete com maior intensidade a diversidade, as várias identidades formadoras das nações, povos e etnias. Especialmente aquelas que por estarem vinculadas a agrupamentos sociais restritos, muitas vezes marginalizados e de limitada expressão demográfica e econômica, apresentam riscos elevados de desaparecimento. Ressalte-se, ainda, que essa nova abrangência do conceito de patrimônio cultural se expressa cada vez mais como um dos caminhos do desenvolvimento, em oposição a uma compreensão vigente nos anos 1980 de que eram processos antagônicos.

A mesma dinâmica social que determinou a ampliação do conceito de patrimônio cultural tem sido fundamental para a sua inserção gradativa no contexto das demais políticas públicas. Embora ainda seja necessário um grande esforço para articular e promover um aumento dos investimentos públicos e privados, em uma estratégia que esteja voltada para sua maior eficiência e eficácia, progressos importantes foram alcançados nos últimos anos tanto no âmbito do crescimento da capacidade de investimento quanto da gestão. Esses avanços têm determinado um aprimoramento técnico e administrativo que permitiram a inserção de um número muito maior de países em fóruns internacionais, conferindo escala mundial às agendas locais. Todavia, ainda temos uma longa caminhada para que a preservação do patrimônio cultural seja um dos agentes de um desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado, conforme preconiza Inacy Sachs (2004). Especialmente no que diz respeito à intensificação da cooperação internacional, Norte/Sul e Sul/Sul, sem a qual nossos esforços serão sempre insuficientes.

A missão de preservar a memória para assegurar às gerações futuras o conhecimento de sua história é inerente ao trabalho do Iphan, da Unesco e de milhares de instituições de proteção ao patrimônio cultural por todo o mundo. Esse fato se constitui em um importante facilitador na assimilação dos valores do desenvolvimento sustentável, por seu compromisso diacrônico com o amanhã. Estamos diante de um desafio planetário de elevada complexidade, em que a assimetria dos interesses e aspirações dos agentes envolvidos é múltipla e profundamente desigual.

2 - O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO E SUA TRAJETÓRIA: PARA ONDE ESTAMOS INDO?

Durante muito tempo, crescimento econômico e desenvolvimento foram quase que sinônimos. No Brasil a expressão “deixar o bolo crescer para depois reparti-lo” esteve em grande evidência durante o *boom* econômico dos anos 1970, antes do choque do petróleo. Essa ideia de larga aceitação em alguns círculos governamentais da época foi formulada pelo economista americano Simon Kuznets, Prêmio Nobel de Economia em 1971 (Veiga, 2005). Era sustentada por evidências percebidas em alguns países de que a expansão da renda promovia, em um primeiro momento, sua concentração, mas que em fase subsequente haveria uma tendência à

distribuição. Embora o próprio autor reconhecesse que a tese era calcada em base empírica restrita, essa ideia perdurou por bastante tempo, possivelmente por convergir com posturas políticas e ideológicas de caráter liberal, então dominantes no cenário internacional.

Hoje sabemos que pode haver crescimento econômico, sem que haja desenvolvimento, já que muitos países viveram ou vivem esse processo. Diversos autores têm se debruçado sobre o conceito ou a compreensão do que é desenvolvimento. Celso Furtado, José Eli da Veiga, Ignacy Sachs e Amartya Sen são alguns deles. Todos estabelecem com clareza que, para que ocorra a conversão do crescimento econômico em desenvolvimento, deve ser combatida a concentração de renda, a pobreza, a desigualdade e as diferenças substanciais entre as nações.

Em vários países do denominado mundo desenvolvido, o crescimento econômico precedeu o desenvolvimento ou ocorreu de forma simultânea. Já no Leste Asiático países como Japão, Coréia e China, entre outros, obtiveram êxito em atingir níveis de desenvolvimento superiores, ao massificar os investimentos em saúde e educação, antes mesmo de superar os patamares da pobreza. O crescimento do mercado interno com a apropriação crescente de novas tecnologias e o uso intensivo de mão de obra, para aumentar o valor agregado da produção, constituem outra característica relevante dos processos de desenvolvimento bem-sucedidos, já que a demanda mundial por produtos e serviços com essas características é bem maior do que a demanda por matérias-primas e produtos de baixo valor agregado.

Há um reconhecimento por parte dos autores citados de que não pode haver desenvolvimento com supressão de direitos ou “liberdades instrumentais”, como assinala Amartya Sen². Entre estas estão o direito ao trabalho com remuneração justa e às oportunidades econômicas; à saúde; à educação; à habitação e saneamento; às liberdades políticas, culturais, étnicas e religiosas.

O caso do Brasil é bem ilustrativo para a última década, quando ocorreu crescimento econômico, distribuição de renda e melhoria dos indicadores sociais. O censo de 2010, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, evidencia que investimentos públicos e programas sociais, como o *Bolsa Família*, e a elevação do poder de compra do salário mínimo e das aposentadorias podem promover a elevação da qualidade de

2. Amartya Sen, em seu livro (2010, p. 21-25), afirma que “entre os desafios cruciais do desenvolvimento em muitos países atualmente inclui-se a necessidade de libertar os trabalhadores de um cativo explícito ou implícito que nega o acesso ao mercado de trabalho aberto”.

Ele denomina de “liberdades instrumentais” cinco dimensões de direitos e oportunidades que ajudam a promover as capacidades de uma pessoa: 1)liberdades políticas; 2)facilidades econômicas; 3)oportunidades sociais; 4)garantias de transparência; 5)segurança protetora.

vida de milhões de pessoas. Em uma década, o número de trabalhadores com carteira assinada passou de 55% para 65% da população total. O analfabetismo caiu de 14% para 10%; o percentual de crianças fora da escola de 5,5% para 3%, ao mesmo tempo em que cresceram os domicílios com saneamento básico adequado de 56% para 62% e dos atendidos por serviço de coleta de lixo de 79% para 87%.

Outra constatação importante é a de que o padrão de consumo praticado nos países chamados desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos, não pode ser reproduzido em todo o globo, seja pela insuficiência de capitais e recursos tecnológicos, seja pela incapacidade de fornecimento de matérias-primas. Os cidadãos dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão consomem em média 32 vezes mais recursos, como por exemplo, combustíveis fósseis, e geram 32 vezes mais rejeitos do que os países pobres (Diamond, 2005). Em prazo muito curto haveria um colapso ambiental decorrente da falta de água, energia, alimentos e demais insumos básicos. Além disso, a poluição do ar, da terra e da água se tornaria insuportável. Esse conjunto de países, graças ao acúmulo de capital, às inovações tecnológicas e ao desenvolvimento de seus mercados internos, tornou possível que grande parcela de suas populações, urbanizadas em consequência da industrialização, conquistassem melhores e diversificados padrões de consumo. Contudo, a conciliação de crescimento econômico e conservação do meio ambiente parece nebulosa e incerta e não deve ocorrer, em curto prazo, mesmo que de forma isolada, em algumas atividades ou locais (Veiga, 2005). Certamente dependerá de soluções tecnológicas que ainda não estão disponíveis e de um controle demográfico que deve envolver todo o planeta, cujas populações, via de regra, pretendem atingir a melhoria dos padrões de desenvolvimento e bem-estar social. Esse é um dos paradoxos que deveremos enfrentar.

Em decorrência dessa circunstância histórica, originou-se a denominada assimetria Norte/Sul, agravada pelo processo de globalização que ampliou o poder das empresas transnacionais e do capital financeiro e reduziu o papel regulador dos Estados nacionais, determinando um processo mundial de concentração de renda em patamares nunca vistos. Segundo o economista Ignacy Sachs, “os padrões de consumo do Norte abastado são insustentáveis” (Sachs, 2002). Diante da concreta possibilidade e justa aspiração de desenvolvimento dos países que ainda não atingiram padrões satisfatórios de bem-estar social, é determinante, como proposto pelas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente de 1992 e 2002, que se estreite a

cooperação econômica e tecnológica Norte/Sul e Sul/Sul e que, com a mediação da ONU, todos os habitantes do planeta, sejam possuidores das “liberdades instrumentais” e que haja a reaproximação entre ética, economia e política de que nos fala Amartya Sen (2010).

A permanência do quadro atual, alimentado pela equivocada noção de que o desenvolvimento é perpétuo, de que os bens naturais são integralmente recicláveis e reaproveitáveis e de que o capital natural não tem custo ou é muito baixo, pode nos levar a um futuro de difícil previsibilidade. O aprofundamento das tendências atuais, especialmente a ausência de controle demográfico, poderá levar, em 2020, os países pobres exportadores de *commodities* de baixo valor agregado a um incremento populacional enorme, de 1,3 bilhão para 3,0 bilhões de habitantes (Veiga, 2005). Importante lembrar que a atual crise financeira, denominada como crise da dívida soberana da zona do euro, poderá retardar a já insuficiente cooperação Norte/Sul, por causa da necessidade de reter investimentos e acumular capitais em regiões já desenvolvidas.

3 - CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI: UMA ENCRUZILHADA INEVITÁVEL

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992, conhecida como Rio 92, estabeleceu os princípios necessários para uma convivência harmoniosa do homem com o meio ambiente na denominada Agenda 21. Os princípios ali consagrados definiram os contornos do conceito de desenvolvimento sustentável, a par das controvérsias que perduram entre os especialistas, incluindo desde os que o restringem aos limites do crescimento econômico até os que os consideram inexequíveis ou incompatíveis com a conservação da natureza. Os princípios de nºs 3 e 4, estabelecendo o compromisso com a preservação do meio ambiente para as atuais e futuras gerações como indissociável do conceito de desenvolvimento, e o de nº 5, que preconiza serem indispensáveis a erradicação da pobreza e a inserção social, são os que mais de perto determinaram o que se entende hoje como sustentabilidade, sem reduzir a importância dos demais.

Embora a Agenda 21 seja um documento de referência para todos os países e o conceito de desenvolvimento sustentável que dele emana

constitua o adotado pelos organismos internacionais e governos nacionais, pode-se afirmar que se trata de conceito ainda em construção. Segundo José Eli da Veiga (2005), “a expressão desenvolvimento sustentável foi a que acabou se legitimando para negar a incompatibilidade entre o crescimento econômico contínuo e a conservação do meio ambiente. Ou ainda, para afirmar a possibilidade de uma conciliação desses objetivos, isto é, de crescer sem destruir”.

O livro de Amartya Sen, *Desenvolvimento Como Liberdade*, teve, desde seu lançamento em 1999, enorme repercussão. Tal êxito deve-se principalmente à simplicidade e objetividade de suas ideias, que associam o alcance do desenvolvimento sustentável à supressão das privações que restringem os direitos e liberdades dos trabalhadores e da noção de que não existe um único caminho. Mas a efetividade das liberdades de que nos fala Sen enfrenta obstáculos gigantescos. A existência de um mercado financeiro transnacional de caráter essencialmente especulativo, cujo objetivo principal é o lucro dos investidores, é um deles. Novamente a atual crise exemplifica o potencial destruturador da economia mundial, proporcionado por mercados com baixo nível de regulamentação. Ignacy Sachs nos fala da relação entre o mercado e o desenvolvimento sustentável. “O desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças de mercado. Os mercados são por demais míopes para transcender os curtos prazos e cegos para quaisquer considerações que não sejam lucros” (Sachs, 2002). Depreende-se que para alcançá-lo será necessário não apenas regulamentar e impor restrições, mas sobretudo combater a supressão das liberdades, distribuindo renda, promovendo incentivos e subsídios e respeitando valores éticos e culturais que foram relegados.

Embora a população da terra tenha atingido recentemente a cifra de sete bilhões de habitantes, sete vezes maior do que no primeiro quartel do século XIX, nunca existiu tanta fartura e disponibilidade de meios, e embora, parte considerável da humanidade, cerca de 20%, viva, segundo o Banco Mundial abaixo da linha de pobreza – U\$1,75/dia –, a riqueza acumulada seria suficiente para garantir a todos satisfatórias condições de qualidade de vida. Diante desses números a superação de alguns desafios é essencial: 1) restabelecer as relações entre economia e ecologia; 2) controlar o crescimento populacional; 3) controlar o crescimento econômico e a distribuição de renda; 4) aumentar do consumo dos países pobres e emergentes; 5) universalizar e baratear as inovações tecnológicas.

1) A exemplo das demais ciências, a economia tem uma dimensão espacial e ambiental. Contudo, a não ser para atender os limites ou restrições estabelecidos pela legislação, os agentes econômicos atuam, na maioria dos casos, como se não estivessem inseridos em um *habitat* e muitas vezes ignoram que o ambiente já foi degradado, que seus efeitos se acumulam e que a escassez ou falta de recursos naturais é inexorável a médio e longo prazos (Veiga, 2005). É necessário que ecologia e economia interajam: uma indicando o que é necessário para a sustentabilidade, a outra elaborando as estratégias de transição para esse objetivo (Sachs, 2002);

2) É uma unanimidade entre os estudiosos a necessidade de controle do crescimento populacional e esse crescimento está diretamente relacionado com os padrões de desenvolvimento. Países como o Brasil que cresceram a elevados índices durante o último século devem dar início ao decréscimo de sua população em 2030, segundo projeções do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Contudo, na África e parte da Ásia, especialmente em países pobres, a população continuará crescendo;

3) A adoção do conceito de desenvolvimento sustentável ou “caminho do meio” foi a alternativa política construída para superar o confronto entre os que priorizavam a aceleração do crescimento como alternativa para ampliar a conservação do meio ambiente no futuro, quando os países atingissem o desenvolvimento, e aqueles que preconizavam estagnar o crescimento econômico e o consumo (Sachs, 2002). A distribuição de renda interpessoal, inter-regional e internacional (Norte/Sul e Sul/Sul), o controle populacional e universalização das inovações tecnológicas são medidas fundamentais. Principalmente diante da possibilidade, cada vez mais concreta, de crescimento “zero” ou de decréscimo, face ao aprofundamento da crise econômica. Sem esse esforço, haverá uma expansão inexorável da pobreza e dos conflitos socioeconômicos, com suas imprevisíveis consequências, principalmente diante da real perspectiva de recessão com encolhimento da economia. Simultaneamente, embora seja crescente o aumento de consumo de países pobres e emergentes, os padrões de vida dos países desenvolvidos são inalcançáveis (Diamond, 2005). Não podemos nos esquecer de que a humanidade adquiriu a capacidade de autodestruição;

4) A permanente evolução tecnológica ainda não gerou os benefícios capazes de mitigar as mazelas do crescimento econômico. Precisamos de tecnologias mais eficazes e baratas que possam ser universalizadas. Algumas delas estão ao nosso alcance, como por exemplo, o tratamento de esgotos e de resíduos sólidos. É uma questão de prioridade.

Estamos diante de desafios que exigirão de todos os países e nações, organismos internacionais, empresas e indivíduos uma nova postura ética, política e cultural que supere os conflitos que nos acompanharam até hoje. Sem um esforço que transcenda os interesses imediatos de cada país ou bloco de países e que reduza substancialmente os padrões de consumo e de impacto sobre a natureza, estaremos diante de uma situação insólita. Pois além do rápido declínio dos recursos renováveis e não renováveis e de desastres ecológicos em grande escala, corremos um elevado risco de conflitos multinacionais. A esse respeito Eric Hobsbawn, um dos maiores intelectuais e historiadores da atualidade, no epílogo de seu livro *A Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*, se manifesta de maneira contundente: “Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até esse ponto e – se os leitores partilham da tese deste livro – por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. É o preço do fracasso, ou seja, uma alternativa para uma mudança da sociedade é a escuridão” (Hobsbawn, 1995).

4 - PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA DIMENSÃO AINDA POR INCORPORAR

O conceito de patrimônio cultural é dinâmico e cada vez mais abrangente. Sua natureza é cumulativa, transmissível e diversa. Manifestação material e imaterial da relação adaptativa do homem aos diferentes ambientes ecológicos, não está restrita ao que é patrimonializado, reconhecido ou definido como objeto de salvaguarda e acautelamento. Seu estabelecimento – ato discricionário embasado em critérios de valoração objetivos e subjetivos de uma determinada sociedade – determina parcela do legado cultural da humanidade às futuras gerações. Sua relação e impacto sobre a natureza são permanentes e se intensificam na medida do crescimento demográfico.

A importância da dimensão cultural no processo social e em uma visão crítica do desenvolvimento é recente, como preconiza Celso Furtado. Sua percepção ocorre com a constatação de que “a qualidade de vida nem sempre melhora com o avanço da riqueza material” (Furtado, 2000). Embora expressivos segmentos alcancem significativos progressos em seu bem-estar, continuam prisioneiros de padrões culturais determinados por questões religiosas, etnocêntricas e geocêntricas, por exemplo. O que não deve ser confundido com o direito à diversidade e à identidade, atitudes que podem preservar as características da vida tradicional de muitos povos e nações, estabelecendo um diálogo do passado com o futuro, sem que se converta em um obstáculo ao desenvolvimento sustentável.

O caráter inevitável da globalização deve respeitar as especificidades das culturas locais e não ocidentais. Não é possível um único processo de desenvolvimento, mas possibilidades de escolhas qualitativas e quantitativas (Sachs, 2004). Esse nos parece o nexos fundamental para que a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural estejam imbricadas no desenvolvimento.

Não existem fórmulas prontas para esse imenso desafio que une todos os países cada vez mais interdependentes, mas que estabelece simultaneamente contradições e paradoxos entre ricos e pobres. O compromisso sincrônico com as atuais gerações e diacrônico com as futuras e a educação são os esteios que podem permitir uma nova visão e mentalidade. Nesse processo, como nos lembra Celso Furtado, “o ponto de partida terá que ser a percepção dos fins, dos objetivos que se propõem alcançar os indivíduos e a comunidade. Portanto, a dimensão cultural dessa política deverá prevalecer sobre todas as demais” (Furtado, 2000). As atitudes cotidianas, mesmo que pareçam insignificantes, tendem a se multiplicar e estabelecer novos padrões comportamentais. Ainda não nos apropriamos o suficiente da abrangência do conceito de sustentabilidade a ponto de confundi-lo com sustentação. Um projeto pode ser viável técnica e financeiramente, sem ser sustentável. Portanto, não pode existir preservação patrimonial sustentável, sem integração com as demais políticas públicas, com o combate à pobreza e ao desemprego, com a saúde, o saneamento, o planejamento do uso e da ocupação do solo urbano e rural; a conservação da natureza.

A experiência de 153 países na gestão de 936 bens incluídos na Lista do Patrimônio Mundial, bem como a de cada um deles na gestão de seu próprio patrimônio cultural, precisa ser valorizada e replicada de forma igualitária. O mapa mundi de distribuição dos bens considerados como Patrimônio

Mundial evidencia a relação do desenvolvimento econômico e social com a preservação do patrimônio cultural, ao exibir a concentração de bens na Europa. Em oposição, vemos que, na lista de bens em situação de perigo, a maioria deles se concentra na África. Assim, fica claro que, ao adotarmos os princípios do desenvolvimento sustentável, nosso compromisso passa a ser não apenas o da preservação e salvaguarda, mas o da elevação dos padrões educacionais, da renda e do emprego, enfim, dos indicadores socioeconômicos em níveis recomendados pela ONU e suas agências.

Para que possamos atingir esse patamar, empreitada sabidamente árdua, há que se estreitar e intensificar a cooperação internacional Norte/Sul e Sul/Sul, não apenas com assistência técnica, mas também com investimentos intergovernamentais e privados, com a efetiva transferência de renda. Simultaneamente, a ampliação do círculo de agentes e atores institucionais e sociais é tarefa indispensável. Ao trabalho de organizações especializadas, técnicos e pesquisadores, é necessária a adesão e a incorporação dos governos nacionais e locais, de organizações não governamentais e da população em geral, especialmente aquela que interage territorialmente com os sítios e monumentos ou é protagonista de ações e manifestações da dimensão imaterial.

Em suma, a gestão do patrimônio cultural – independentemente de seu nível de reconhecimento: mundial, regional, nacional ou local – só rompe seu isolamento e se harmoniza com o real sentido de desenvolvimento sustentável, se fizer parte da pauta e do esforço de planejamento governamental e das ações do poder público e da iniciativa privada. Cada vez mais a dimensão cultural deverá se incorporar às outras dimensões do desenvolvimento, como a social e a econômica, relegando ao passado as soluções parciais, incapazes de proporcionar alternativas para uma realidade complexa e dialética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIAMOND, Jared. *Colapso*. Rio de Janeiro, Ed. Record. 2005.
- FURTADO, Celso. *O Capitalismo Global*. São Paulo, Ed. Paz e Terra. 1998.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo, Cia das Letras. 1995.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura um conceito antropológico*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar. 2006.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Ed. Cia das Letras. 2010.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond. 2002.
- _____. *Desenvolvimento includente, sustentável sustentado*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond. 2004.
- VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond. 2005.



ATA DA REUNIÃO CONSULTIVA DE ESPECIALISTAS EM PATRIMÔNIO MUNDIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O debate sobre a relação entre conservação do patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável assumiu papel central no contexto da Convenção do Patrimônio Mundial. Frente aos desafios globais cada vez maiores e à disponibilidade cada vez menor de recursos, e com quase mil sítios protegidos incluídos na Lista do Patrimônio Mundial, entre eles mais de duzentas cidades históricas, a necessidade de integrar a preocupação com o desenvolvimento sustentável à prática da Convenção de 1972 se tornou mais forte na última década.

Em 2012, a Convenção celebra seu aniversário de quarenta anos. Nessa importante ocasião, diversas reuniões e atividades estão sendo organizadas em todas as regiões do mundo, focando um tema em comum: *Patrimônio Mundial e desenvolvimento sustentável: o papel das comunidades locais*.

As comemorações fazem parte de uma iniciativa mais ampla liderada pela Unesco para promover o papel da cultura – e do patrimônio – no desenvolvimento, a partir das Resoluções 65/166 da Assembleia Geral da ONU, intitulada *Cultura e Desenvolvimento*, e devem acontecer no contexto da Conferência Rio+20, em junho de 2012, no Rio de Janeiro (Brasil), quando as atenções do mundo estarão concentradas em avaliar o progresso feito, até então, na implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável e na redefinição de seus paradigmas. Uma resolução específica sobre patrimônio como motor do desenvolvimento também foi adotada pela recente Assembleia Geral do ICOMOS (Paris, 2011)¹.

Em sua 34ª Sessão (Brasília, 2010), o Comitê do Patrimônio Mundial referendou o resultado de uma reunião de especialistas que aconteceu em Paraty (Brasil), entre 29 e 31 de março de 2010, sobre o tema das relações entre a Convenção do Patrimônio Mundial, a conservação e o desenvolvimento sustentável. As conclusões da Reunião de Paraty reconheceram a importante contribuição do Patrimônio Mundial para o

1. A Resolução adotada pela Assembleia Geral do ICOMOS está acessível online em: http://www.international.icomos.org/Paris2011/GA2011_Declaration_de_Paris_EN_20120109

desenvolvimento sustentável, ressaltando que assegurar o desenvolvimento sustentável é condição essencial para garantir a conservação do patrimônio. Os resultados dessa reunião incluíam um Plano de Ação para desenvolver, no âmbito da Convenção, políticas e procedimentos que integrariam uma perspectiva de desenvolvimento sustentável aos processos da Convenção do Patrimônio Mundial.

Em sua Decisão 34 COM 5D, o Comitê do Patrimônio Mundial referendou os resultados da Reunião de Paraty e concordou “que seria desejável levar em consideração, na implementação da Convenção, políticas e procedimentos que mantenham o Valor Universal Excepcional dos sítios protegidos, e também contribuam para o desenvolvimento sustentável”.

O Plano de Ação elaborado na Reunião de Paraty incluía uma proposta de organizar a *Reunião Consultiva sobre o Patrimônio Mundial e o Desenvolvimento Sustentável*, para levar adiante as discussões sobre a matéria. Essa reunião aconteceu entre os dias 5 e 8 de fevereiro de 2012, em Ouro Preto (Brasil), Cidade Patrimônio Mundial, graças ao generoso apoio das autoridades brasileiras. O presente documento contém a ata da Reunião Consultiva de Ouro Preto.

Um Documento de Trabalho abrangente foi preparado pelo Centro do Patrimônio Mundial antes da Reunião Consultiva, para estabelecer o contexto da discussão. Além disso, um texto de referência foi elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Brasil, que sediou a reunião. Ambos os documentos estão apensos a esta ata, nos Anexos I e II, respectivamente. O programa da reunião e a lista de participantes estão incluídos como parte do Documento de Trabalho.

RELATÓRIO DE SÍNTESE

A Reunião Consultiva foi aberta na noite do dia 5 de fevereiro com os discursos de boas-vindas pronunciados pelo prefeito de Ouro Preto, Sr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos; pelo presidente do Iphan, Sr. Luiz Fernando de Almeida; e pelo diretor do escritório da Unesco em Brasília, Sr. Lucien Muñoz. Em suas intervenções, todos os oradores ressaltaram a relevância da reunião, especialmente tendo em vista o debate mais amplo sobre o desenvolvimento sustentável, que culminará com a Conferência da

ONU para o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), em junho 2012 no Rio de Janeiro (Brasil), e a necessidade de redefinir seus paradigmas frente ao crescimento das desigualdades e aos desafios globais. Seguiu-se um programa cultural extraordinário, no teatro de Ouro Preto, apresentando música tradicional de várias regiões do Brasil e um jantar oficial.

Na manhã do dia seguinte, 6 de fevereiro de 2012, a primeira sessão da reunião foi destinada a informar aos participantes sobre o contexto e a abrangência de seu trabalho, bem como a estabelecer uma base acordada de definições e terminologias – notavelmente sobre a relação entre desenvolvimento sustentável, patrimônio e conservação – de forma a facilitar uma discussão mais clara e frutífera. A esse respeito, os participantes consideraram que o Documento de Trabalho preparado antes da Reunião oferecia uma base sólida para suas deliberações, principalmente em termos das definições do desenvolvimento sustentável e sua relação com a conservação do Patrimônio Mundial.

A sessão foi também uma oportunidade para que o presidente do Iphan delineasse a visão de sua instituição a respeito da relação entre a conservação do patrimônio cultural e a questão do desenvolvimento sustentável. A partir do exemplo da cidade histórica de Ouro Preto, ele ressaltou como o patrimônio é central ao desenvolvimento, de forma que as políticas para a preservação do patrimônio também constituem políticas de desenvolvimento sustentável. Essa ideia, no entanto, exige uma noção mais inclusiva de patrimônio, que deveria estar mais claramente ligada à vida das comunidades locais. Outros oradores incluíram os representantes da UICN, Sr. Andrew Siedl, do ICOMOS, Sra. Carolina Castellanos, do CITES, Sr. Marcos Régis Silva, e da Convenção CMS, Sr. Bert Lenten. Todos eles apresentaram sua visão sobre o assunto da reunião, do ponto de vista de suas respectivas organizações. A contribuição da representante do Fundo Mundial de Monumentos, Sra. Erica Avrami, também foi apresentada, embora ela não tenha participado da reunião por motivos técnicos. A representante do ICCROM, Sra. Jane Thompson, também não pode estar presente, pois condições climáticas adversas impediram sua viagem. O presente relatório integra algumas das ideias incluídas em sua apresentação, que foi enviada por email durante a reunião.

A segunda sessão, que começou depois do intervalo para o almoço, buscou explorar possíveis formas de incluir uma perspectiva de desenvolvimento sustentável nos processos da Convenção do Patrimônio

Mundial. Depois de uma introdução realizada pelo Centro do Patrimônio Mundial, apresentaram-se os representantes do Instituto Chico Mendes, Sr. Rômulo José Fernandes Mello, e do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano, Sr. Vicente Sibilis. Eles ilustraram com exemplos concretos as políticas de suas respectivas organizações, no sentido de beneficiar as comunidades locais por meio de iniciativas de larga escala para a salvaguarda do patrimônio natural e das cidades históricas. Seguiram-se, na segunda parte da tarde, as apresentações do Sr. Juan Luis Isaza Londono (Colômbia), Sr. Francisco Lopez Morales (México) e Sr. Webber N'doro (Fundo para o Patrimônio Mundial Africano), que expuseram experiências reais de políticas de gestão de sítios protegidos da Lista do Patrimônio Mundial que integravam a preocupação com o desenvolvimento sustentável, trazendo considerações úteis para a discussão. As apresentações foram seguidas por perguntas e respostas e uma discussão aberta.

Em 7 de fevereiro, os participantes dividiram-se em quatro grupos e começaram a examinar em maior detalhe a questão de como integrar cada um dos três pilares do desenvolvimento sustentável, além da preocupação com a boa governança, ao longo dos quatro principais processos da Convenção do Patrimônio Mundial. Os grupos foram facilitados por pessoas capacitadas que passavam de um grupo para outro, e estas eram auxiliadas por representantes dos Órgãos Consultivos ou Centros de Categoria 2. Os resultados das discussões dentro dos quatro Grupos de Trabalho – que levaram mais tempo do que o esperado, devido à complexidade das questões levantadas – foram, então, apresentados em plenária por seus respectivos relatores. Seguiu-se uma breve discussão.

Na manhã de 8 de fevereiro, os participantes foram levados em uma excursão pela cidade de Ouro Preto. Por volta das 12h30, eles se reuniram novamente em plenária, onde o Centro do Patrimônio Mundial apresentou em um telão um rascunho preliminar do documento resultante da Reunião Consultiva. Foi esclarecido que, nesse momento, tratava-se apenas de uma compilação de notas tomadas durante a Reunião, juntamente com os relatórios preparados pelos quatro Grupos de Trabalho no dia anterior. Esse material seria então consolidado em uma única estrutura coerente pelo Centro do Patrimônio Mundial, veiculado mais uma vez para os quatro relatores e em seguida para todos os participantes com o objetivo de obter maiores comentários antes da finalização. Durante essa sessão, os participantes fizeram diversas observações iniciais, sugestões de mudanças e acréscimos, que foram aceitos pelo Centro do Patrimônio Mundial.

Depois de um agradecimento aos anfitriões e, especialmente, ao Município de Ouro Preto e ao Iphan e a toda sua equipe envolvida no processo, a Reunião foi oficialmente encerrada.

CONCLUSÕES

Os participantes da Reunião concordam com as seguintes conclusões:

A – NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. Reafirmamos as conclusões da Reunião de Paraty, em março de 2010, no sentido de que a proteção do Patrimônio Mundial e do patrimônio de forma geral têm papel fundamental no desenvolvimento de comunidades fortes, apoiando o bem-estar físico e espiritual de seus indivíduos e promovendo a compreensão mútua e a paz. Concordamos também que atingir o desenvolvimento sustentável, conforme definido, por exemplo, na Agenda 21², é importante para garantir a proteção do patrimônio que se encontra sob pressões socioeconômicas cada vez maiores.

2. Ao mesmo tempo, reconhecemos que fatores como o crescimento demográfico, a crescente desigualdade e a disponibilidade cada vez menor de recursos – verdadeiros alvos da luta pela conservação do patrimônio – devem ser vistos no contexto de um sistema mais amplo de valores e necessidades sociais e ambientais, incluídos no conceito de desenvolvimento sustentável. Isso exigirá que as instituições responsáveis pelo patrimônio incorporem essas condições e comecem a procurar novas soluções. Em última instância, se o setor de patrimônio não abraçar totalmente o desenvolvimento sustentável, trazendo seus benefícios para o patrimônio e a sociedade, ele será vítima, e não catalisador, de mudanças mais amplas.

3. Consideramos, então, que o tema oficial do aniversário de quarenta anos da Convenção – *Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável: O Papel das Comunidades* – é especialmente relevante e propício. Reconhecemos, de fato, a necessidade urgente de que a comunidade do Patrimônio Mundial se engaje de maneira mais efetiva na agenda do desenvolvimento sustentável, em especial no contexto da Conferência das

2. Os documentos da Agenda 21 podem ser acessados online em:
<http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/>

Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD, também conhecida como Rio+20) e da subsequente revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que acontecerá em 2015.

4. A esse respeito notamos que, embora existam referências ao desenvolvimento sustentável em documentos centrais da Convenção, como o recém-adotado Plano de Ação Estratégica para a Implementação da Convenção 2012-2023³ e as atuais Diretrizes Operacionais, essas referências são, até o momento, muito gerais e não oferecem orientações detalhadas o suficiente para os envolvidos na proteção dos sítios considerados como Patrimônio Mundial.

3. O “Plano de Ação Estratégica para a Implementação da Convenção, 2012-2022” pode ser acessado online em: <http://whc.unesco.org/archive/2011/whc11-18ga-11-en.pdf>

5. Portanto, concordamos que é necessário haver uma política específica que integre a preocupação com o desenvolvimento sustentável aos processos operacionais da Convenção do Patrimônio Mundial, possivelmente como parte do futuro documento das Diretrizes Políticas que, conforme decidiu o Comitê do Patrimônio Mundial, complementarás as Diretrizes Operacionais.

6. Consideramos, além disso, que uma política como essa criaria a oportunidade de incorporar, dentro de uma única estrutura coerente, diversos temas atualmente em discussão, tais como: o papel das comunidades, o combate à pobreza, a cooperação técnica e financeira, os povos indígenas, os direitos humanos e a capacitação, a gestão do patrimônio e o turismo sustentável, simplificando assim, a prática futura referente ao patrimônio, tanto no âmbito do sistema do Patrimônio Mundial quanto em outras instâncias.

B – OBJETIVO E ABRANGÊNCIA DE UMA POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

7. Consideramos que o objetivo de uma política que integre a perspectiva do desenvolvimento sustentável à implementação da Convenção do Patrimônio Mundial teria três aspectos:

- Garantir que o potencial do Patrimônio Mundial de contribuir para o desenvolvimento sustentável seja plenamente realizado;
- Ajudar os especialistas, as instituições, as comunidades e as redes envolvidas com o Patrimônio Mundial a aproveitar os benefícios que o

desenvolvimento sustentável pode trazer para os sítios considerados como Patrimônio Mundial ou protegidos pelos Estados nacionais;

- Assegurar que as estratégias e programas de conservação do Patrimônio Mundial estejam alinhados com objetivos mais amplos do desenvolvimento sustentável.

8. Em termos de sua abrangência, as políticas devem estar direcionadas aos atores centrais da Convenção do Patrimônio Mundial, ou seja, seus Estados-membros (entre eles os responsáveis pela gestão de sítios considerados como Patrimônio Mundial); aos membros do Comitê do Patrimônio Mundial; ao Centro do Patrimônio Mundial e aos Órgãos Consultivos.

9. Essa política deve informar a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial por meio de seus principais processos, notadamente:

- Identificação, indicação e inscrição de sítios protegidos (ref. Capítulos II.C e III das DO);
- Desenvolvimento e implementação dos sistemas de conservação e gestão e os programas no território (ref. Capítulos II.E e II.F das DO);
- Monitoramento estatutário e relatórios acerca do estado de conservação dos sítios protegidos (ref. Capítulos IV e V das DO);
- Apoio à Convenção do Patrimônio Mundial, especialmente como parte da Estratégia de Capacitação do Patrimônio Mundial (ref. Capítulos VI e VII das DO).

C – PRINCÍPIOS PRIMORDIAIS QUE DEVEM GUIAR UMA POLÍTICA PARA INTEGRAR UMA PERSPECTIVA REFERENTE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ÂMBITO DA CONVENÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

10. Concordamos que o engajamento entre a necessidade de preservar o patrimônio e a de desenvolver a sustentabilidade deve ser baseado na missão primária e central da Convenção do Patrimônio Mundial, ou seja, proteger o patrimônio cultural e natural de Valor Universal Excepcional. A esse respeito, notamos que embora o desenvolvimento sustentável deva ser

uma consideração central, ao lidarmos com questões de conservação e gestão e com a proteção de valores, ela não deve ser uma condição para o tombamento como Patrimônio Mundial.

11. Ressaltamos, por outro lado, que não se deve entender a preservação do patrimônio e a conquista do desenvolvimento sustentável como objetivos conflitantes. O conceito de patrimônio é, na verdade, fundamental à lógica do desenvolvimento sustentável, uma vez que o patrimônio resulta da relação dinâmica e contínua entre as comunidades e seu ambiente e reflete aquilo que as pessoas valorizam para sustentar e melhorar sua qualidade de vida.

12. Observamos a ligação íntima e a interdependência entre as diversidades culturais e biológicas, inseridas em complexos sistemas de adaptação socioecológica. Essas diversidades se desenvolveram, ao longo do tempo, por meio de adaptações mútuas entre os humanos e o meio ambiente, por isso não existem em reinos separados e paralelos, mas, pelo contrário, interagem e se afetam mutuamente de formas complexas, em uma espécie de processo coevolutivo.

13. A respeito do patrimônio cultural, em particular, consideramos que deva ser entendido como resultado de um processo histórico contínuo, em que novos acontecimentos não precisam necessariamente ser considerados uma ameaça, mas capazes, em potencial, de sustentar o valor cultural do sítio e contribuir com a criação de um novo patrimônio.

14. Enfatizamos como o patrimônio cultural é realmente uma dimensão dinâmica, em que o tangível e o intangível se cruzam. Ele é de fato um elemento crucial para expressar a evolução dos valores simbólicos das comunidades e prover seu bem-estar. É essa a principal justificativa para a proteção do patrimônio e a razão pela qual as comunidades, com suas necessidades e aspirações, devem ter papel primordial na prática da conservação. Além disso, uma abordagem participativa e integrada muitas vezes contribui para a redução dos custos de proteção, a longo prazo, aumenta o apoio e o engajamento local, bem como os benefícios locais da preservação.

15. Consideramos, além disso, que se deve redefinir e ampliar o conceito de patrimônio, atribuindo uma ênfase maior a sua relação inerente com as comunidades locais e com o bem-estar destas, dada sua relevância para a ideia e os objetivos do desenvolvimento sustentável. No contexto do

Patrimônio Mundial e notadamente na interpretação do Valor Universal Excepcional dos sítios considerados como patrimônio cultural, isso exigiria um reflexão acerca da capacidade de um sítio considerado patrimônio representar aspectos e traços comuns a uma cultura e uma região mais ampla, associados à interação das pessoas com seu meio ambiente. Essa nova concepção também fortaleceria os elos operacionais entre a Convenção do Patrimônio Mundial e as políticas nacionais de patrimônio que visam melhorar a vida das comunidades locais.

16. Para levar em consideração o que propomos acima, pedimos que a prática da conservação incorpore uma nova abordagem multidisciplinar e intersetorial, baseada em uma abordagem inteiramente participativa que integraria uma consideração das dimensões sociais e econômicas por meio de metodologias e indicadores adequados. É que, a longo prazo, seria difícil garantir a conservação do Valor Universal Excepcional de um sítio protegido como Patrimônio Mundial, a menos que uma perspectiva de desenvolvimento sustentável como essa seja integrada à gestão.

17. Ao desenvolver uma política totalmente participativa e inclusiva no âmbito dos processos da Convenção do Patrimônio Mundial, deve-se dar especial atenção aos grupos mais vulneráveis. A esse respeito, considerando que a Unesco está atualmente em processo de desenvolvimento de uma política para os povos indígenas, e considerando a Decisão 35 COM 12D tomada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, em sua 35ª Sessão (Paris, 2011), recomendamos que – dentro dos esforços para desenvolver uma política de desenvolvimento sustentável no âmbito dos processos da Convenção do Patrimônio Mundial – sejam feitas maiores explorações sobre os princípios do Consentimento Livre, Prévio e Informado, abordagens de direitos humanos e de gênero, e outros temas que atualmente vêm sendo explorados na ONU, já que eles pertencem à esfera do desenvolvimento sustentável.

18. Observamos, além disso, que o desenvolvimento sustentável é um objetivo que adquire seu total significado em uma escala que muitas vezes é maior do que a de um sítio considerado como Patrimônio Mundial, e provavelmente é mais bem entendida na esfera regional ou mesmo nacional. Por isso, a identificação, proteção e gestão dessa espécie de sítio deve estar integrada ao desenvolvimento territorial e às políticas de planejamento mais amplas, e deve haver mecanismos adequados de coordenação interinstitucional, em todos os níveis.

19. No âmbito global, ressaltamos que a conquista do desenvolvimento sustentável exige que se leve em consideração as desigualdades e desequilíbrios – dentro de regiões e entre regiões desenvolvidas e em desenvolvimento – no sentido de uma maior cooperação Norte/Sul e Sul/Sul e do fortalecimento da coordenação institucional. Nesse contexto, e tendo em conta a importância primordial do patrimônio para o desenvolvimento sustentável, a Convenção do Patrimônio Mundial deve ter um importante papel como instrumento de cooperação internacional, em coordenação e colaboração com outros Acordos Multilaterais Ambientais (AMAs), o Sistema das Nações Unidas e outras organizações internacionais relevantes, visando promover e conquistar uma maior coerência nas políticas que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável em todos os níveis. O compromisso com os princípios da sustentabilidade, conforme defendidos na ONU e na Agenda 21, deve envolver políticas para erradicar a pobreza distribuindo riquezas no contexto nacional e internacional e estabelecer novos padrões de consumo, compatíveis com a preservação do meio ambiente e comprometidos com as gerações atuais e futuras.

D – ORIENTAÇÕES RELACIONADAS A ASPECTOS ESPECÍFICOS DA CONVENÇÃO

D.1 – IDENTIFICAÇÃO, INDICAÇÃO E INSCRIÇÃO DE SÍTIOS

20. Consultas adequadas às comunidades locais e aos interessados devem ser compulsórias no processo de identificar e indicar novos sítios a serem inscritos como Patrimônio Mundial.

21. O contexto social e econômico de qualquer nova indicação deve ser estudado cuidadosamente, assim como os impactos esperados de uma indicação sobre a vida da população local, inclusive em termos econômicos.

D.2 – PROTEÇÃO E GESTÃO

22. Sistemas de gestão para a proteção de sítios considerados como Patrimônio Mundial devem assegurar a viabilidade financeira e a sustentabilidade de sua gestão, a longo prazo, por meio de recursos econômicos adequados. Ao mesmo tempo, devem buscar garantir que sejam aproveitadas todas as oportunidades de oferecer às comunidades

locais o mais alto nível de benefícios em termos de bem-estar social e oportunidades de renda, preservando ou restaurando o Valor Universal Excepcional do sítio.

23. Indicadores específicos de desempenho relacionados ao desenvolvimento sustentável devem ser integrados aos sistemas de gestão dos sítios considerados como Patrimônio Mundial, a partir das melhores práticas atuais. Devem ser tomados como referência os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs); o Plano Estratégico da Convenção da Biodiversidade (CBD), que representa uma estrutura flexível útil, relevante para todas as convenções relacionadas à biodiversidade; a Comissão Mundial para Áreas Protegidas (CMAP); o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD; bem como outras estruturas relevantes desenvolvidas por agências relacionadas e trazidas para a escala nacional ou local.

24. Zonas de segurança para mitigar riscos ao Valor Universal Excepcional não devem levar em consideração apenas as dimensões física e visual, mas devem ser delineadas e planejadas considerando todas as ameaças possíveis aos valores do sítio considerado como Patrimônio Mundial que possam surgir também de dinâmicas políticas, econômicas e socioculturais. De forma semelhante, as zonas de segurança podem criar oportunidades de maior engajamento por parte das comunidades locais, gerando benefícios tanto para o sítio considerado Patrimônio Mundial quanto para os interessados locais.

D.3 – MONITORAMENTO ESTATUTÁRIO E EMISSÕES DE RELATÓRIOS (MONITORAMENTO REATIVO E RELATÓRIOS PERIÓDICOS)

25. Uma estrutura relacionando objetivos e indicadores ligados aos três pilares do desenvolvimento sustentável devem ser desenvolvidos e utilizados para monitorar e relatar atividades em sítios considerados como Patrimônio Mundial, de acordo com seus contextos específicos, inclusive dentro de Relatórios Periódicos. Os dados resultantes poderiam ser compartilhados entre órgãos internacionais interessados.

26. Os processos de emissão de relatórios, baseados em indicadores adequados que tratem do desenvolvimento sustentável em sítios considerados como Patrimônio Mundial, devem incluir um componente de

avaliação e gestão adaptativa. Os Órgãos Consultivos devem estar equipados com os conhecimentos necessários e devem estar diretamente envolvidos no processo, para garantir uma melhor qualidade dos relatórios.

27. Conectar e aumentar a eficiência das ferramentas de emissão de relatórios facilitará sua adequação aos requisitos, aumentando sua utilidade. Não devemos pedir que os Pontos Focais Nacionais do Patrimônio Mundial e os gestores de sítios colem e relatem mais dados do que o necessário. É importante que aquilo que é exigido para a emissão dos relatórios seja totalmente praticável.

D.4 – APOIO AO PATRIMÔNIO MUNDIAL

28. Programas e projetos de assistência técnica, desenvolvidos e implementados no âmbito da Convenção do Patrimônio Mundial, devem tratar de questões ligadas ao desenvolvimento sustentável e utilizar indicadores comuns e/ou comparáveis.

29. Atividades de capacitação sobre a integração de uma perspectiva ligada ao desenvolvimento sustentável na implementação da Convenção do Patrimônio Mundial devem se concentrar principalmente no nível local e buscar atingir vários interessados, para aprofundar a compreensão acerca do sítio e o compromisso com sua proteção, além dos benefícios. Uma compilação de “melhores práticas”, um Manual de Recursos e outras iniciativas de treinamento devem ser desenvolvidas.

30. Incentivos ou outras formas de exibir melhores práticas na integração do desenvolvimento sustentável ao Patrimônio Mundial devem ser encorajados, uma vez que criam oportunidades de incentivar o aprendizado em sítios considerados como Patrimônio Mundial, a capacitação e recompensas ao bom desempenho.

31. É necessário aumentar os investimentos na preservação do patrimônio natural e cultural, especialmente em projetos comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Além de aumentar os investimentos com recursos orçamentários não reembolsáveis, deve-se incentivar as organizações financeiras multilaterais e as instituições nacionais a oferecer linhas de crédito específicas.

Os participantes da Reunião de Ouro Preto reconheceram que o Plano de Ação desenvolvido na Reunião de Paraty⁴ ainda era relevante e recomendaram que continuassem a ser feitos esforços para implementar as atividades ali previstas que ainda não haviam sido executadas. Eles recomendaram, além disso, que as seguintes ações adicionais fossem colocadas em prática para contribuir com o desenvolvimento e a implementação de uma política para o desenvolvimento sustentável no âmbito dos processos da Convenção do Patrimônio Mundial:

4. O relatório da Reunião de Paraty, inclusive seu Plano de Ação, pode ser acessado online em: <http://whc.unesco.org/archive/2010/whc10-34com-5De.pdf>

32. Um pequeno grupo de trabalho especializado deve ser estabelecido, com a tarefa de levar o processo adiante e desenvolver uma política completa de incorporação do desenvolvimento sustentável aos processos da Convenção do Patrimônio Mundial, para a consideração do Comitê do Patrimônio Mundial e possível inclusão no documento das Diretrizes Políticas que, conforme ficou decidido, deve complementar as Diretrizes Operacionais. Essa política deve levar em conta o resultado de Ouro Preto e de outras reuniões que acontecerão em todo o mundo no ano do aniversário da Convenção, além da Conferência Rio+20, e também integrar todas as reflexões oriundas de discussões anteriores e atuais sobre assuntos relacionados, tais como comunidades, mudança climática, povos indígenas, direitos humanos, questões de gênero etc., na medida em que eles se relacionem com o desenvolvimento sustentável.

33. Um conjunto abrangente de indicadores relacionados ao desenvolvimento sustentável no contexto do Patrimônio Mundial deve ser desenvolvido por meio de uma Força Tarefa.

34. As orientações recentemente desenvolvidas pelos Órgãos Consultivos sobre como conduzir uma Avaliação de Impacto sobre o Patrimônio (AIP) devem ser revisadas, integrando preocupações relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

35. Deve ser realizado um estudo, inclusive baseado em melhores práticas, sobre como a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial pode estar mais associada às políticas nacionais para a proteção do patrimônio e o desenvolvimento sustentável.

36. Deve-se também considerar, possivelmente por meio de um estudo, a exploração de formas de interpretar melhor o conceito de Valor Universal Excepcional, dando maior ênfase ao contexto local e à capacidade de um sítio considerado como Patrimônio Mundial ser representativo de aspectos e traços comuns a uma cultura e região mais amplas, e associado à interação da população com seu meio ambiente.

37. Deve-se fazer esforço, no contexto da recém-adotada Estratégia de Capacitação para o Patrimônio Mundial, pelo fortalecimento da capacidade, coerência e coordenação das estruturas institucionais, comunidades e redes, para o desenvolvimento sustentável. Isso deve ser feito por meio do desenvolvimento de orientações, ferramentas e programas de treinamento, e de iniciativas piloto focadas na proteção do patrimônio e do desenvolvimento sustentável, notadamente em sítios designados pela cooperação entre o Patrimônio Mundial, MAB e os Acordos Ambientais Multilaterais relevantes.

38. Considerando o papel crucial da cooperação para corrigir desequilíbrios e conquistar o desenvolvimento sustentável e a importância primordial do patrimônio, o Comitê do Patrimônio Mundial deve considerar adotar um sexto “C”, de “Cooperação”, como parte de seus Objetivos Estratégicos.

39. Tendo em vista a relação íntima e a interdependência entre a diversidade biológica e cultural, e a necessidade de maior integração e aprendizado em todas as Convenções associadas à cultura e à biodiversidade, seria desejável definir instrumentos e programas comuns entre elas. Talvez seja o momento de uma Declaração Universal da Unesco para o Desenvolvimento Sustentável e a Diversidade Biocultural, como uma estrutura legal comum para a gestão desses programas.

40. Deve-se considerar fortalecer e ampliar o âmbito do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), para apoiar a efetiva implementação das obrigações sob as Convenções globais de biodiversidade em nível nacional.

AGRADECIMENTOS

41. Os participantes da Reunião desejam expressar sua mais profunda gratidão ao Município de Ouro Preto e ao Iphan pela generosa hospitalidade e pela perfeita organização do evento. Gostariam também de reconhecer a valiosa contribuição do Instituto Chico Mendes, bem como o apoio oferecido pela Fundação Vale e pela Fundação Roberto Marinho.

42. Agradecemos também aos Órgãos Consultivos, bem como aos representantes das Convenções Cites e UNEP/CMS, que contribuíram para o debate com seu conhecimento especializado, facilitando a discussão.



ENGLISH VERSION

PRESENTATION

This publication gives continuity to the Annals of the Institute of Historical and Artistic Heritage, which began with volumes about the I Meeting of Casa de Samba de Santo Amaro da Purificação (2007) at Bahia State, and the I National Forum of the Cultural Heritage (2009) at Ouro Preto in Minas Gerais State.

This small volume, which includes an English version, has the goal of publicizing and promoting reflections on themes brought up during the Meeting of Specialists in World Heritage and Sustainable Development, which took place in Ouro Preto from February 5th through 8th, 2012.

The establishment of environmentally sustainable public policies remains closely related to the extension and upgrade of protections for cultural heritage. The expansion of the concept of cultural heritage in the last several decades has brought to light that effective policies for cultural preservation are substantially related to common practices of establishing citizenship in addition to being attached to the concept of *exception*.

Furthermore, the territorial dimension of these heritage assets has also entered into consideration as well. Therefore, their integration into other public objectives – the search for a relationship that is both synchronic and diachronic with its development and its future - must exceed achievements to date. The commitment to fight poverty - improving the quality of life and freedoms of billions of workers all over the world while also diminishing their deprivations – must be always present in our mission.

As Amartya Sen reminds us, economic growth needs to bring improved social well being. Measures of human development, cultural heritage and environmental preservation are all important steps to sustainable development and they should all work together.

International cooperation is another issue of great relevance that deserves our attention. The challenges of international collaboration have two immediate consequences: difficulty in structuring concepts of ‘common good’; and the recognition of universal values given the significant asymmetry of development between North and South. To decrease this inequality is an essential condition so that one can begin to discuss sustainable development on a global scale and to affirm our commitment to preserve the planet for present and future generations.

Enjoy your reading!

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
President of the Institute of Historical and Artistic Heritage.

HERITAGE AND SUSTAINABILITY: IPHAN'S TRAJECTORY*

Luiz Fernando de Almeida

* Speech at the Consultative Meeting on World Heritage and Sustainable Development in Ouro Preto, from 5th to 8th of february, 2012.

Good morning to all. I have some goals with this speech. The first one is to make concessions to the philosophical discourse about the preservation of cultural heritage. The second one is to establish a relationship between the Brazilian experience of managing a cultural heritage institution and the World Heritage Convention. The third and last intention of this speech is to be provocative. In Brazil, we use the expression “to rain where it is wet” to refer to something emphatically, in this case, the 1972 Convention application.

I will begin by saying something about the unique aspects of Iphan, with the intent of giving some perspective on the emerging notion of interconnectedness between heritage and sustainable development. As opposed to what has happened in other countries, heritage public policies began in Brazil 75 years ago with Iphan's creation. Iphan was created by modern intellectuals who were not connected to the past as a romantic idea, but who instead believed in a connection between preservation and building the future. It was possible at the same time, for example, to preserve Ouro Preto as well as to build a modern city, in other words, to integrate modern architecture with the ancient city. And that is, in my perspective, one of the main issues of today's heritage policies: to be able to preserve the past and to build the future simultaneously. I think that's where we find the first notion of sustainability applied to heritage public policies.

The second important point about Iphan's creation and of the Brazilian experience in general is that this institution began its actions from a very wide vision of what is cultural heritage, including not only the monuments, architecture, but also archeological heritage, native landscapes, and applied local arts; in other words, a very general and wide concept of heritage. Though that was the initial concept, in practice, heritage public policies did not develop as it had been imagined, mainly because at the time, between the years of 1930 and 1940, there was no legitimate role for state policies to work with popular arts other than the celebration of select large monuments. Still, this inclusive concept was maintained as a general principle upon which to build and organize Iphan's works.

Actually, in my opinion, it has worked out well, in that, one builds the idea of national identity breaking through the divisions to what had been the colonial Brazil and to what should have been the Republican Brazil. There's this idea developed for the heritage public policy actions in Brazil that there was an independent Brazilian culture before Brazil's

political independence. In other words, the heritage identity created in Brazil between the 1930's and 1940's resolved an issue presented in countries that suffered colonial processes similar to Brazil's.

This ideological construction became the foundation of heritage preservation philosophy until the 1960's and 1970's, when yet another ideological challenge developed when it became clear that prioritizing heritage preservation on its own would not solve all the broader issues that have emerged. To be more specific: in a city like Ouro Preto, when Iphan created preservation policies on its historic center during the 1930's, the idea was to protect it, since it's the historic quarter from the city, as well as to maintain the city's ambience, its valleys and surroundings. In fact, the historic center is preserved but the heritage policies were not equipped to solve issues of irregular occupancies and a general absence of urban planning. Ouro Preto suffered an industrialization processes with the reemergence of gold mining during the 1950's and 1960's. Preservation policies did not anticipate the construction of a new city and the emergence of new popular neighborhoods in the city. This circumstance introduced limitations for preservation actions which allowed us to realize that heritage public policies were insufficient for being able to face longer term urban development problems.

I believe that was an inflexion point in understanding the relationship between heritage and sustainability. This issue is not connected only to heritage policies. I think that the big conceptual leap that happened especially in the beginning of the 1980's was to understand that the concept of heritage was not only attached to the concept of exception but was also related to common practices of establishing citizenship and that wherever there's territory and people, wherever there's persons and land, there would be a heritage public policy. Then, the concept of the exception was broken, the concept of a heritage institution as a mere manager from historical cities, into thinking of the idea of heritage as a right. All territory, regardless of its local nuances, has the right to have a heritage public policy. Therefore, the institution's actions cease to be local and begin to cover the entire territory. It stops managing historical sites, for example, and it becomes an institution that stimulates the creation of heritage public policies for states, cities, it promotes the strengthening of organized social groups. Obviously, it is a conceptual idea since we have not been able to get the necessary structure to its implementation throughout our entire national territory.

Therefore, Iphan's history and its problems run parallel to this discussion brought to us today about the meaning of heritage and sustainability. My impression is that on this debate, perhaps inadvertently, we've been using the concept of sustainability as an abstraction. I mean this in the sense that there are other dimensions that our policies should have and other dimensions that our policies need not address. To me, sustainable development is our policy itself. This is, in a way, a romantic idea, as if it were possible to delete our footsteps, as if it were possible to reconcile the way we establish our relationship with our native territory. I believe that to break through this vision it is necessary to let go of the idea of an abstract concept and to work on what is within the reach of governability.

Sustainability issues are the sustainability public policies we make. In other words, the butterfly issues, the fish issues, the cedar issues are not the cedar, or the fish, but rather they are the public policy done on territorial management, the relationship between men and nature management. Therefore, if we are at this point in the evolutionary process of these intertwining goals, then heritage public policy must traverse both what is practically achievable while remaining mindful of the multiple constituencies that it affects. For that to happen, it is necessary to work with the idea of territory. Territory is the base. This process is happening within the public policies in each state member. A significant portion of them and their heritage institution are facing these problems.

This phenomenon represents a conceptual disassembly of the Heritage Convention, established 40 years ago, and of the issues on managing heritage policies among the state members. Today, other ideas replace the concept of exception, but the Heritage Convention is still connected to that idea. So, maybe, this is one of the most important things to be discussed: Either the Heritage Convention is an instrument to enforce public policies within countries or it is only the structure of bureaucracy, that is, in fact, autophagic. I believe this situation comes from, in a way, the management done at the Convention. It's worth highlighting that I am not affirming that the World Heritage Center is responsible for this. In my point of view, the World Heritage Center attempts to execute plans that are guided by the determinations of its constituent state members. But I believe that we need to alter the way the management has been built at World Heritage and at Unesco.

Let's examine some of the indicators of what I imagine must change. Firstly, we cannot establish indicators that heritage policies within respective countries must be connected solely to items included among the List of World Heritage Properties. This is because such indicators would reflect the construction of a national heritage identity which has already been defeated which has potentially historically contained xenophobic elements which have been at odds with the common good. So, the heritage public policy big question nowadays at Unesco, is to reconstruct the way we conceive the idea of heritage within each country.

What matters to the Convention is not how many properties are written at the World Heritage List, nor how many exceptions, that are always established from ideological criteria. What matters is that we have heritage policies inserted at the central public policies in the country, establishing strategies of territorial occupation so that we are capable to contribute to building of a better society, which is more equal and just. I reaffirm that one of my main points at this argument about the revision of the Convention, on its 40th year, is the idea of exception within World Heritage and the re-establishment of the relationship between the Convention and what is happening in each state member in the country. Part of the discomfort one sees at the World Heritage Committee meetings is exactly connected to this paradox: The idea of the concept of the exception as an affirmation of the national identity reflects the confusion about what is the common good within the framework of

world heritage. Another important dimension to our reflection is to consider that this Convention, after forty years, has generated very little international cooperation. International cooperation is essential to establish the idea of the common good. If we want to conceive heritage as something broader than a narrow affirmation of regional identity, then cooperation is essential. And when we take other indicators, we see that cooperation is minimized in other areas because, unfortunately, the actual autophagic behavior of the Convention undermined the possibilities that were once there. It is a management problem.

To talk about sustainability, we cannot look at others. The first question is the sustainability of the politics themselves. From my point of view, the heritage policy builds on its transversal nature and the idea of the common good. Therefore, we should go back to the Convention principles. We need to rethink: Why do we do it? What do we want with the Convention? In my view, we want countries to have efficient heritage public policies that can protect their respective heritages. However, the idea of heritage cannot solely be based on the concept of exception. The heritage idea must be built in a way to highlight the popular heritage. This heritage includes cultural monuments and the natural environment. In other words, heritage is a historical relationship that we build within our respective territories. So, we need to rethink which role the Convention can perform in order to facilitate cooperation between countries and to think how it can be an instrument and not just an end in itself. One of the greatest challenges we face relates to the selection of specific places into World Heritage status. The problem is that the inclusion of a place into the World Heritage must be the result of a exemplar cooperation in our relationship with the territory, and with the international community, recognizing that we all inhabit the same planet. In the last twenty years environmental policies have turned into political dialogues with global society, but the heritage policies stopped doing the same because this interconnected aspect of the discussion or origins has been forgotten. So, the challenge of the heritage discourse today is to rethink its own original criteria and priorities. This is one of the first questions that led us to create the Convention. I hope this discussion has been provocative and lays the groundwork for continued progress.

WORLD HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: CHALLENGES FOR THE 21ST CENTURY¹

1. INTRODUCTORY REMARKS

1. Paper prepared by the National Historical and Artistic Heritage Institute – (Iphan), during the Experts' Meeting on World Heritage and Sustainable Development, organized in partnership with Unesco's World Heritage Center, in February 2012.

This paper aims at reflecting upon the necessary incorporation of the conservation and safeguard of cultural heritage within sustainable development policies, considering, on the one hand, that this aspect must be a basic premise in the process of formulating and implementing cultural heritage policies and, on the other, the role that conservation policies may play in supporting the process of sustainable development, and promoting quality of life and social well-being. Moreover, it also aims at suggesting guidelines and actions intended to replicate successful experiences both in sites listed as World Heritage and in those listed as National Heritage. To avoid conceptual ambiguity, we have used bibliographical references that are mentioned throughout the text and duly listed at the end. The concept of sustainable development adopted here is the one described in AGENDA 21, widely accepted among national governments, international organizations, multilateral organisms and non-governmental organizations.

In 2012, the United Nations Conference named **Rio+20 – The Future We Want** – will take place in the city of Rio de Janeiro, with the purpose of establishing global pacts to allow control and reduction of all forms of pollution and degradation of natural and cultural resources, and to adopt development principles and procedures that ensure that present and future generations will have the right to a healthy and productive life, in harmony with nature. Is it possible to build a solidary future without considering the cultural dimension and its primordial role in the conservation of the memory and identity of peoples?

The Conference acquires particular relevance in view of the partial success of its predecessors: Stockholm, in 1972, Rio de Janeiro, in 1992 and Johannesburg, in 2002. Although the control of different forms of pollution, as well as the changes in the means and systems of production, did not meet our expectations, these Conferences played a crucial role in terms of warning governments, economic agents, research centers, the press and the general public about the accelerating pace of pollution and destruction of material and immaterial, renewable and non-renewable resources.

Still, in spite of the evident signs of global warming, the lack of drinking water in many regions, and the pollution of the oceans and the soil, many developed or emerging countries could not be led to adopt measures intended to curb consumption or to reject a concept of development that is predatory by its very nature. The recent failure of the Durban Conference (2011) exemplifies that situation. On the other hand, poor or emerging countries demand to overcome this status and, also, to increase consumption. Unfortunately, in the medium run, resources are finite and insufficient to satisfy the

demands of all if the current development model, based upon a false notion of infinite progress, is maintained.

In this scenery rife with paradox, the concept of cultural heritage has been considerably expanded over the past decades. Where natural and cultural aspects intertwine, the adoption of transversality as a principle, and territorial readings as a means, has led to multiple, more complex approaches, both in the material dimension, by extending conservationist action to a wider array of assets in many scales – such as, for instance, landscapes and cultural itineraries – or in the immaterial dimension, with noteworthy advancements in the register, safeguard and diffusion of knowledge, celebrations, forms of expression and places that constitute the core of cultures in their diverse manifestations. We may say that, nowadays, the conservation of cultural heritage is not only more comprehensive, but also reflects with greater intensity the diversity of identities that form nations, peoples and ethnicities, particularly those associated to restricted and often marginalized social groups, with limited demographic and economic significance, that run the risk of disappearing. It must also be noted that this new interpretation of the concept of cultural heritage progressively asserts itself as one of the pathways to development, countering the notion prevalent in the 1980s, that these processes were incompatible.

The same social dynamics that determined the expansion of the concept of cultural heritage has been crucial for its gradual insertion into the context of other public policies. Although it still very difficult to coordinate and promote increases in public and private investments using a strategy designed to enhance their efficiency and effectiveness, major advances were made over the last few years, both in terms of a greater investment capability and in terms of management. These advances have led to technical and managerial improvements, allowing a much greater number of countries to be included in international forums, and bringing local agendas to a worldwide scale. However, we still have a long way to go before conservation of cultural heritage becomes one of the driving forces of inclusive, sustainable and sustained development, as proposed by Ignacy Sachs (2004). That is particularly true in what concerns the strengthening of international cooperation, both North/South and South/South, without which our efforts will never succeed.

Preserving cultural memory, and ensuring that future generations will know their own history is the mission embraced by Iphan, Unesco and thousands of institutions devoted to the conservation of cultural heritage throughout the world. This worldwide engagement greatly facilitates the assimilation of sustainable development values, due to their diachronic commitment to the future. We are facing a planetary challenge of the highest complexity, with a multiple and deep asymmetry among the interests and aspirations of the agents involved.

2. THE CONCEPT OF DEVELOPMENT AND ITS HISTORY: WHERE ARE WE HEADED?

For a long time, economic growth and development were almost synonymous. In Brazil, the expression “let the cake grow and then share it” attained great prominence

during the economic boom of the 1970s, before the oil crisis ecloded. This notion, widely accepted in government circles at the time, had been formulated by the American economist Simon Kuznets, winner of the 1971 Nobel Prize for Economics (Veiga, 2005). It was supported by the experience of specific countries, that suggested that an increase in income would initially promote concentration, but, at a later stage, after the initial spurt of growth, a tendency towards distribution would become manifest. Although the author himself acknowledged that the empirical basis supporting this idea was very narrow, this notion remained influential for quite a long time, perhaps because it agreed with the liberal political and ideological postures then predominant in the international scenario.

Now we know that there can be economic growth without development, since many countries have experienced or are now experiencing this process. Many authors have investigated into the concept of development, trying to understand what it really means. Celso Furtado, José Eli da Veiga, Ignacy Sachs and Amartya Sen are a few of them. They all have clearly established that, in order to convert economic growth into development, we need to fight income concentration, poverty, inequality and major differences among nations.

In many countries of the so-called developed world, economic growth either preceded or occurred simultaneously with development. In East Asia, however, countries such as Japan, Korea and China, among others, attained superior levels of development by maximizing investments in health and education even before leaving behind the poverty threshold. Domestic market growth, with an increasing appropriation of new technologies and the use of labor-intensive strategies to increase the aggregate value of production is another relevant characteristic of successful development processes, since the international demand for goods and services of this kind is much greater to that for raw-materials and products with low aggregate value.

The aforementioned authors acknowledge that there can be no development where “instrumental liberties” or rights are suppressed, as pointed out by Amartya Sen²: a right to fair pay and to economic opportunities; to health; education; housing and sanitation; and to political, cultural, ethnic and religious freedom. Brazil affords a good example, since, in the last decade, the country experienced economic growth, income distribution and marked improvement in social indicators. The 2010 Census conducted by IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) shows that public investments and social programs such as *Bolsa-Familia* (Family Allowance) led to an increase in the purchasing power of the minimum wage and of retirement pensions, affording a better quality of life for millions of people. In one decade, the number of workers with formal jobs rose from 55% to 65% of the total population. Illiteracy fell from 14% to 10%; the percentage of children out of school, from 5.5% to 3%, while the number of homes equipped with adequate basic sanitation went from 56% to 62%, and those with garbage collection, from 79% to 87%.

Also worthy of notice is the fact that the consumption standards existing in the so-called developed countries, the United States in particular, are impossible to replicate throughout the globe, due either to lack of capital and technological resources, or to limited access to raw-materials. The population of the United States, Western Europe and Japan consume in average 32 times more resources such as fossil fuels, and generate 32 times

2. Amartya Sen, in his book *Development as Freedom*, 2010, wrote that the crucial development challenges in many developing countries today include the need of freeing workers from explicit or implicit bondage, that denies them access to the open labor market. He used the term “instrumental liberties” to designate the five dimensions of rights and opportunities that help promote a person’s capabilities: 1) political liberties; 2) economic facilities; 3) social opportunities; 4) transparency guarantees; 5) protective security.

more refuse than poor countries (Diamond, 2005). Within a very short time, we would witness an environmental collapse due to shortages of water, energy, food and other basic commodities; and air, soil and water pollution would become unbearable. In those countries, due to capital accumulation, technological innovations and the development of domestic markets, larger segments of the population – predominantly urban due to the high degree of industrialization – have achieved better and more diversified standards of consumption. Still, conciliating economic growth and environmental conservation is a nebulous and uncertain possibility, that probably will not take place in the short run, even in specific situations, activities or places. (Veiga, 2005). This conciliation will doubtlessly depend on technological solutions that are not yet available, and also on a degree of demographic control that must be extended to the whole planet, and can only be reached by means of improvements in the standards of development and social well-being. This is one of the paradoxes we must face.

Those were the historical circumstances that led to the so-called North-South asymmetry, made even worse by the globalization process that strengthened the power of transnational companies and of financial capital while reducing the regulating role of national states, leading to a world-scale process of income concentration of unheard-of proportions. According to economist Ignacy Sachs, the rich North's consumption patterns are unsustainable (Sachs, 2002). On the other hand, the countries that have not yet reached satisfactory levels of social well-being justly aspire to a level of development that is now a concrete possibility. To that end, it is of crucial importance to expand North/South and South/South economic and technological cooperation, as proposed by the United Nations Conferences on the Environment held in 1992 and 2002, so that, under the mediation of the United Nations, all peoples in the planet gain access to the “instrumental liberties”, and that, in the words of Amartya Sen (2010), ethics, economy and politics are once again reunited.

We now find ourselves in a situation based on the mistaken notion that development can be perpetual, that natural goods are fully recyclable and reusable, and that natural capital can be obtained at a very low cost or no cost at all. If we do not change course, we will soon be heading towards an unpredictable future. If current tendencies persist, particularly the lack of demographic control, poor, low-aggregate-value commodities exporting countries may experience a massive population increase, going from 1,3 to 3.0 billion by 2020. (Veiga, 2005). It is important to remember that the current financial crisis, the so-called Eurozone sovereign debt crisis, may put a damper on the already insufficient North/South cooperation, due to the need of retaining investments and accumulating capital in the already developed regions.

3. PATHS TO DEVELOPMENT IN THE 21ST CENTURY: AN INEVITABLE CROSSROAD

The 1992 United Nations Conference for the Environment and Development, known as Rio-92, established the necessary principles for the harmonious coexistence of mankind

and the environment in the so-called Agenda 21. The principles consecrated in that document have since then shaped the concept of sustainable development, in spite of still lingering controversies among experts, some of whom view sustainable development as limited to economic growth, while others consider it unfeasible or incompatible with the conservation of nature. Principles no. 3 and 4, signaling the commitment of present and future generations to the conservation of the environment as inseparable from the concept of development, and principle no. 5, dealing with the need for social inclusion and eradication of poverty, are the ones that most directly shaped the concept of sustainability as we understand it today, with no prejudice to the importance of the other principles.

Although Agenda 21 is used as reference by all countries, and the concept of sustainable development therein defined is the one adopted by international organisms and national governments, we may say that the concept is still under construction. According to José Eli da Veiga (2005), “sustainable development became the standard expression to deny the incompatibility between continuous economic growth and environmental conservation. Or else, to affirm the possibility of conciliating these two goals, namely, to grow without destroying.”

Amartya Sen's book, *Development as Freedom*, had a huge impact when it was released in 1999. Its success owes mostly to the simplicity and objectivity of Sen's ideas, that associate the attainment of sustainable development with the abolishment of the deprivations that restrict the rights and liberties of workers, and also to the notion that there is no single path to development. But the concretization of the liberties described by Sen faces enormous obstacles. The existence of an essentially speculative transnational financial market that has investors' profits as its central goal is one of them. Once again, the present crisis demonstrates that poorly-regulated markets have the potential to disorganize the world's economy. Regarding the relationship between markets and sustainable development, Ignacy Sachs states that sustainable development is incompatible with the unbridled play of market forces, since markets are too myopic to transcend the short term, and blind to any consideration other than profit (Sachs, 2002). It appears that, in order to attain sustainable development, it will be necessary not only to regulate and impose restrictions, but above all to fight the suppression of liberties, distribute income, promote incentives and subsidies, and respect neglected cultural and ethical values.

Although the global population has recently reached 7 billion, a seven-fold increase from what it was in the first quarter of the 19th century, never before was there so much abundance and availability of means. Although, according to the World Bank, a significant part of mankind (around 20 per cent) lives below the poverty line, surviving on 1.75 dollars a day, the accumulated wealth would be enough to ensure everyone a satisfactory quality of life. These numbers demonstrate that there are challenges that must be overcome: 1) re-establishing the relationship between economy and ecology; 2) curbing population growth; 3) controlling economic growth and income distribution; 4) increasing consumption in poor and emerging countries; 5) making technological innovations cheaper and universally available.

- 1) As all other sciences, Economics has a spatial and environmental dimension. However, except to comply with limitations and restrictions imposed by law, economic

agents, most of the time, act as though they were not part of a “habitat, and often ignore that the environment has already been degraded, that the effects of this degradation are cumulative, and that scarcity or privation are unavoidable in the medium and long terms” (Veiga, 2005). Ecology and Economics must interact, the former by indicating what is needed for sustainability, and the other by formulating transition strategies towards that end (Sachs, 2002);

2) Experts unanimously agree that population growth must be controlled, and that it is directly linked to development standards. Countries such as Brazil, that have experienced high indexes of growth during the last century, should begin to decrease their population by 2030, according to projections by IPEA – Institute for Applied Economic Research. In Africa and parts of Asia, however, particularly in the poorer countries, the population will continue to grow;

3) The adoption of the concept of sustainable development, or “middle path“, was the political alternative created to overcome the conflict between those who saw accelerated growth as a means to enhance future environmental conservation, after all countries had attained development, and those who argued that economic and consumption growth must be curbed (Sachs, 2002). Income distribution at interpersonal, inter-regional and international (North/South and South/South) levels, population control and technological innovation are the fundamental goals, particularly in the face of the ever more concrete possibility of “zero growth”, or even of economic contraction, caused by the deepening economic crisis. If these goals are not pursued and attained, the spread of poverty and of social and economic conflicts will be unavoidable, with unpredictable consequences, particularly within a scenario of recession and the shrinking of economy. Also, in spite of the continuous increase in consumption levels in poor and emerging countries, the standard of living of developed countries are impossible to reach (Diamond, 2005). We cannot forget that humanity has acquired the capacity for self-destruction;

4) Permanent technological evolution has not yet brought about the benefits that might mitigate the ills of economic growth. We need cheaper and more efficient technologies that can be made universally available. Some of them are within our reach such as, for instance, sewer treatment. It is all a matter of priorities.

We are facing challenges that will require that all countries and nations, international organisms, companies and people adopt new ethical, political and cultural attitudes, capable of overcoming the conflicts that have plagued us for so long. Without efforts that transcend the immediate interests of each country or bloc of countries, and that substantially reduce the standards of consumption and their impact on nature, we will find ourselves in an unprecedented situation. Not only will we witness a rapid decline of renewable and non-renewable resources and large-scale ecological disasters, but we will also be running a great risk being drawn into international conflicts. Eric Hobsbawm, one of the greatest intellectuals and historians of today, in the epilogue to his book *The Age of Extremes: the short twentieth century, 1914-1991*, declares incisively: “We do not know where we are going. We only know that history has brought us to this point and – if readers share the argument of this book – why. However, one thing is plain. If humanity is to

have a recognizable future, it cannot be by prolonging the past and or the present. If we try to build the third millennium on that basis, we shall fail. And the price of failure, that is to say, the alternative to a changed society is darkness.” (Hobsbawm, 1995).

4. CULTURAL HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: A DIMENSION YET TO BE INCORPORATED

The concept of cultural heritage is dynamic and ever more comprehensive, and by nature cumulative, transmittable and diverse. As a material and immaterial manifestation of mankind’s adaptive relationship with different ecological environments, cultural heritage is not restricted to objects listed in heritage inventories, and acknowledged or defined as worthy of being safeguarded or protected. The decision about what should be considered cultural heritage – a discretionary act based upon objective and subjective value criteria pertaining to a specific society – determines in part the cultural legacy of mankind to future generations. Its relationship to and impact on nature are permanent, and intensify as the population grows.

Only recently has the cultural dimension been acknowledged as an important element of social processes, and incorporated into a critical view of development, according to Celso Furtado. This perception derives from the realization that “the quality of life does not always improve with the advancement of material wealth” (Furtado, 2000). Although sizable segments of the population may attain significant progress in terms of well-being, they remain prisoners of cultural standards dictated by religious, ethnocentric and geocentric issues, for instance. These standards should by no means be confused with the right to diversity and to identity, which are the basis of the preservation of the traditions of peoples and nations, establishing a dialogue between the past and the future without necessarily creating obstacles to sustainable development.

Globalization, although inevitable, must respect the particularities of local, non-Western cultures. A single process of development is out of the question: qualitative and quantitative choices must remain open (Sachs, 2004). This seems to be the fundamental link between the conservation and safeguard of cultural heritage and the process of development.

There are no ready-made formulas to solve the huge challenge that unites all countries in their growing interdependence, but that, simultaneously, creates contradictions and paradoxes between the rich and the poor. A synchronic commitment to the present generations and a diachronic commitment to the future ones, as well as education, are the bases that may bring about a new vision and a new mentality. In this process, as Celso Furtado reminds us, “the point of departure must be an awareness of the ends, the goals that individuals and the community set out to reach. Thus, the cultural dimension of this policy will have to prevail above all others” (Furtado, 2000). Everyday attitudes, although seemingly insignificant, tend to multiply and set up new standards of behavior. We have not yet taken in the full scope of the concept of sustainability, to the point of not mistaking it for sustainment. A project will never be technically and financially viable if it is not

sustainable. Therefore, sustainable heritage conservation can not succeed if it is not integrated to all other public policies, including the fight against poverty and unemployment; the provision of health services and sanitation; the regulation of land usage and occupation in both urban and rural environments; and the conservation of nature.

The experience of 153 countries in managing the 936 items listed in the World Heritage inventory, as well as that of individual countries in managing their own Cultural Heritage, must be equitably valued and replicated. The world map showing the distribution of World Heritage sites demonstrates the relationship between economic and social development and the conservation of Cultural Heritage, with the concentration of these sites in Europe. In contrast, we see that most of the entries in the list of endangered sites are in Africa. It is then clear that, in adopting the principles of sustainable development, we are assuming the commitment not only of preserving and safeguarding our heritage, but also of heightening the standards of education, income and employment, that is, of bringing social and economic indicators to the levels recommended by the UN and its agencies.

In order to reach that stage, an admittedly strenuous endeavor, we will have to strengthen and intensify international North/South and South/South cooperation, providing not only technical assistance but also intergovernmental and private investments and effective income transference. Simultaneously, the sphere of institutional agents and actors must be widened. The work of specialized organizations, technicians and researches must incorporate and involve not only national and local governments, but also non-governmental organizations and the general public, particularly those who interact territorially with the sites and monuments, or who are directly involved in the actions and manifestations included in the immaterial heritage.

In short, the management of cultural heritage, regardless of its level of recognition – as world, regional, national or local heritage – can only break out of its isolation and harmonize with sustainable development in the true sense of the term if it is included in the agenda and in the planning efforts of governments and private companies. More and more, the cultural dimension will have to be incorporated into other development issues, such as social and economic matters, leaving behind the partial solutions that failed to afford alternatives to a complex and dialectic reality.

BIBLIOGRAPHY

- DIAMOND, Jared. *Colapso*. Rio de Janeiro. Ed. Record. 2005.
- FURTADO, Celso. *O Capitalismo Global*. São Paulo. Ed. Paz e Terra. 1998.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo. Companhia das Letras. 1995.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar. 2006.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo. Ed. Companhia das Letras. 2010.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro. Ed. Garamond. 2002.
- _____. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro. Ed. Garamond. 2004.
- VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro. Ed. Garamond. 2005.

CONSULTATIVE MEETING ON WORLD HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT

The debate on the relationship between conservation and sustainable development has taken centre stage within the heritage sector and notably in the context of the World Heritage Convention. In the face of growing global challenges and diminishing resources, and with the inscription of nearly 1000 properties on the World Heritage List, including over 200 historic cities, the need to integrate a concern for sustainable development within the practice of the 1972 Convention has emerged strongly over the past decade.

In 2012, the World Heritage Convention is celebrating its 40th Anniversary. On this momentous occasion, a number of meetings and activities are being organized across all regions of the world, focusing on a common theme: “World Heritage and sustainable development: the role of local communities”.

The celebrations are part of the larger initiative led by Unesco to promote the role of culture – and heritage - for development, stemming from Resolutions 65/166 of the UN GA, entitled “Culture and Development”, and should be set within the context of the Rio+20 Conference of June 2012 in Rio de Janeiro (Brazil), when the world’s attention will be concentrated on assessing the progress made so far in implementing sustainable development strategies and redefining its paradigm. A specific resolution on “heritage as a driver of development” has also been adopted by the recently held general Assembly of ICOMOS (Paris, 2011)¹.

At its 34th Session (Brasília, 2010), the World Heritage Committee welcomed the outcome of an expert meeting on the “relations between the World Heritage Convention, conservation and sustainable development” that was held in Paraty (Brazil) from 29 to 31 March 2010. The Paraty meeting’s conclusions recognized the important contribution of World Heritage to sustainable development while noting that securing sustainable development is an essential condition to guarantee the conservation of the heritage. The results of the Paraty Meeting included an Action Plan to develop, within the Convention, policies and procedures that would integrate a sustainable development perspective within the processes of the World Heritage Convention.

By its Decision 34 COM 5D, the World Heritage Committee welcomed the results of the Paraty Meeting and agreed “that it would be desirable to further consider, in the implementation of the Convention, policies and procedures that maintain the Outstanding Universal value of properties, and also contribute to sustainable development”.

The Action Plan elaborated at the Paraty Meeting, included a proposal to organize a

1. The Resolution adopted by the ICOMOS general Assembly is accessible online from: http://www.international.icomos.org/Paris2011/GA2011_Declaration_de_Paris_EN_20120109.pdf

“Consultative Meeting on World Heritage and Sustainable Development” to further discuss the issue. This has taken place from 5 to 8 February 2012 in the World Heritage City of Ouro Preto (Brazil), thanks to the generous support of the Brazilian authorities. The present document contains the proceedings of the Ouro Preto Consultative Meeting.

A comprehensive Working Document was prepared in advance of the Consultative Meeting by the World Heritage Centre to set the context for the discussion. Moreover, a background Position Paper was elaborated by the Brazilian Institute of National Artistic and Historic Heritage (Iphan), hosting of the Meeting. These two documents are enclosed to these proceedings in Annexes I and II respectively. The programme of the meeting and the List of participants are included as part of the Working Document.

SUMMARY REPORT

The Consultative Meeting was opened on the evening of 5 February by welcoming addresses delivered by the Mayor of Ouro Preto, Mr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos; the President of Iphan, Mr Luiz Fernando de Almeida; and the Director of the Unesco Office in Brasilia, Mr Lucien Munoz. In their interventions, all speakers stressed the relevance of the topic of the meeting, especially in view of the larger debate on sustainable development, culminating at the UN Conference on Sustainable development (UNCSD) to be held this June in Rio de Janeiro (Brazil), and of the need to redefine its paradigm in the face of growing inequalities and global challenges. These were followed by an extraordinary cultural programme, held at the old theatre of Ouro Preto, featuring traditional music from various regions of Brazil, and by an official dinner.

In the morning of the next day, 6 February 2012, the first session of the meeting was aimed at informing the participants on its context and scope of work, and establishing a baseline of agreed definitions and terminology – notably on the relation between sustainable development, heritage and conservation – so as to facilitate a more clear and fruitful discussion. The participants considered, in this regard, that the Working Document prepared in advance of the Meeting provided a sound basis for their deliberations, notably in terms of the definitions of sustainable development and its relation to World Heritage conservation.

The session provided also an opportunity for Iphan’s President to outline the vision of his Institution as regards the relation between cultural heritage conservation and the issue of sustainable development. He noted how, as exemplified in the historic town of Ouro Preto, heritage lied at the heart of development, so that policies for preserving heritage were also the policies for sustainable development. This, however, required a more inclusive notion of heritage which should have been more clearly linked to the life of local communities. Other speakers included the representative of IUCN, Mr Andrew Seidl, of ICOMOS, Ms Carolina Castellanos, as well as of CITES, Mr Marcos Regis Silva, and of the CMS Convention, Mr Bert Lenten. All of them presented their view on the topic of

the meeting, from the perspective of their respective organizations. The contribution of the representative of the World Monument Fund, Ms Erica Avrami, was also presented although she could not attend the Meeting due to technical reasons. The representative of ICCROM, Ms Jane Thompson, was also unable to attend, due to the disruption of her travel by adverse climatic conditions. The present report integrates some of the ideas that were included in her presentation, which was sent by email during the meeting.

The Second Session, which started after the lunch break, moved to explore possible ways to mainstream a sustainable development perspective into the processes of the World Heritage Convention. Following an introduction by the World Heritage Centre, presentations were made by representatives of the Chico Mendez Institute, Mr Romulo José Fernandes Mello, and of the Inter-American Development Bank, Mr. Vicente Sibilis. They illustrated through concrete examples the policies of their respective organizations to foster benefits to local communities through large-scale initiatives for the safeguarding of natural heritage and historic towns. This was followed, in the second part of the afternoon, by presentations by Mr. Juan Luis Isaza Londono (Colombia), Mr. Francisco Lopez Morales (Mexico) and Mr. Webber N'doro (African World Heritage Fund), showcasing real-life experiences of management policies at World Heritage properties that integrated a concern for sustainable development, drawing useful considerations for discussion. Presentations were followed by questions and answers and an open discussion.

On 7 February, participants broke into four groups and started examining more in detail the question of how to mainstream each of the three pillars of sustainable development, plus a concern for good governance, across the four mentioned main processes of the World Heritage Convention. The Groups were facilitated by resource persons who moved from one Group to another, and were assisted by representatives of the Advisory Bodies or Category 2 Centres. The results of the discussions within the four Working Groups, which took longer than expected due to the complexity of the issues raised, were then presented in plenary by their respective rapporteurs. A brief discussion then followed.

In the morning of 8 February, participants were taken on an excursion to the City of Ouro Preto. At around 12:30PM, they reconvened in plenary where the World Heritage Centre presented on a screen a preliminary Draft of the Outcome Document of the Consultative Meeting. It was clarified that this was, at this stage, only a compilation of notes taken during the Meeting, together with the reports prepared by the four Working Groups on the previous day. This information/material was then to be consolidated into a single coherent framework by the World Heritage Centre, circulated again to the four rapporteurs and then to all participants for further comments before finalization. During this session, participants made a number of initial comments, suggestions for changes and additions, which were taken on board by the World Heritage Centre.

Following a vote of thanks to the hosts, and particularly for the Municipality of Ouro Preto and for Iphan and its entire staff involved throughout, the Meeting was officially closed.

CONCLUSIONS

The participants in the Meeting agreed to the following conclusions:

A - NEED FOR A POLICY ON SD

1. We reaffirm the conclusions of the Paraty Meeting of March 2010 that the protection of World Heritage and of heritage in general, plays a fundamental role in fostering strong communities, supporting the physical and spiritual well-being of its individuals and promoting mutual understanding and peace. We also agree that achieving sustainable development, as defined for example in the Agenda 21², has an important role in securing the protection of heritage from increasing socio-economic pressures.

2. At the same time, we recognise that – with changing demographics, growing inequalities and diminishing resources - the goals and objectives of heritage conservation must be seen in the context of a greater system of social and environmental values and needs, encompassed in the concept of sustainable development. This will require heritage institutions to come to terms with these conditions and begin to seek new solutions. Ultimately, if the heritage sector does not fully embrace sustainable development and harness the reciprocal benefits for heritage and society, it will find itself a victim of, rather than a catalyst for wider change.

3. We thus consider that the official theme of the 40th Anniversary of the Convention, “*World Heritage and Sustainable Development: the Role of Communities*” is particularly relevant and timely. We recognise, indeed, the urgent need for the World Heritage community to engage more effectively with the sustainable development agenda, particularly within the context of the forthcoming United Nations Conference on Sustainable Development (UNCSD, also known as Rio+20) and of the subsequent review of the Millennium Development Goals, which will take place in 2015.

4. We note, in this regard, that while reference to sustainable development exists within key policy documents of the Convention, such as the recently adopted “Strategic Action Plan for the Implementation of the Convention, 2012-2022”³, as well as in the current *Operational Guidelines*, this is, for the time being, too general and does not provide sufficient practical guidance to those involved in the protection of World Heritage properties.

5. We therefore agree that there is a need for a specific policy that would integrate a concern for sustainable development within the operational processes of the World Heritage Convention, possibly as part of the future Policy Guidelines document that, as decided by the World Heritage Committee, shall complement the *Operational Guidelines*.

2. The Agenda 21 documents are accessible online from:
<http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/>

3. The “Strategic Action Plan for the Implementation of the Convention, 2012-2022” is accessible online from:
<http://whc.unesco.org/archive/2011/whc11-18ga-11-en.pdf>

6. We further consider that such a policy would provide an opportunity for incorporating, within a single coherent framework, a number of themes currently under discussion, such as the role of communities, combating poverty, technical and financial cooperation, indigenous people, human rights and capacity building, heritage management and sustainable tourism, and hence will simplify rather than complicate future heritage practice, both within the World Heritage system and beyond.

B - AIM AND SCOPE OF A POLICY ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT

7. We consider that the aim of a policy for integrating a sustainable development perspective in the implementation of the World Heritage Convention would be three-fold:

- Ensuring that the potential of World Heritage to contribute to sustainable development is fully harnessed;
- Helping practitioners, institutions, communities and networks involved in World Heritage to harness the benefits that engagement in sustainable development can deliver to World Heritage properties and other properties protected by the national states;
- Ensuring that World Heritage conservation strategies and programmes are aligned with broader sustainable development goals.

8. In terms of scope, the policy should be aimed at the key actors of the World Heritage Convention, namely its States Parties (including managers of listed World Heritage properties); World Heritage Committee members; World Heritage Centre and Advisory Bodies.

9. The policy should inform the implementation of the World Heritage Convention through its main processes, notably:

- Identifying, nominating and inscribing properties; (ref. Chapters II.C and III of the OGS)
- Developing and implementing conservation and management systems and programmes on the ground;(ref. Chapters II.E and II.F of the OGS)
- Statutory monitoring and reporting on the state of conservation of the properties; (ref. Chapters IV and V of the OGS)
- Providing support for the World Heritage Convention, particularly as part of the “World Heritage strategy for capacity building”.(ref. Chapters Vi and VII of the OGS)

C - OVERARCHING PRINCIPLES THAT SHOULD GUIDE A POLICY TO INTEGRATE A SUSTAINABLE DEVELOPMENT PERSPECTIVE WITHIN THE WORLD HERITAGE CONVENTION

10. We agree that the engagement between the need to preserve heritage and develop sustainably should be based on the primary and central mandate of the World Heritage Convention, which is to protect cultural and natural heritage of Outstanding Universal Value. We note, in this regard, that while sustainable development should be a central consideration in addressing conservation and management concerns and protecting values, it should not be a condition for World Heritage listing.

11. We stress, on the other hand, that preserving heritage and achieving sustainable development should not be understood as conflicting goals. The concept of heritage is indeed fundamental to the logic of sustainable development as heritage results from the dynamic and continuous relationship between communities and their environment and reflects what people value to sustain and improve their quality of life.

12. We note the close link and interdependence between biological and cultural diversities, within complex socio-ecological adaptive systems. These diversities have developed over time through mutual adaptation between humans and the environment, and thus do not exist in separate and parallel realms, but rather they interact with and affect one another in complex ways in a sort of co-evolutionary process.

13. With regard to cultural heritage, in particular, we consider that this should be understood as the result of a continuing historical process, where new developments should not necessarily be considered as a threat, but also for their potential to sustain the cultural value of the property and contribute to the creation of new heritage.

14. We emphasize how indeed cultural heritage is a dynamic dimension where the tangible and intangible cross over. It is in fact a crucial element to express the evolving symbolic values of communities and provide for their wellbeing. This is the main justification for protecting heritage and the reason why communities, with their needs and aspirations, must play a primary role in the practice of conservation. A participatory and integrated approach, furthermore, often contributes to the reduction of protection costs over the long term, increases local support and engagement, and increases the local benefits of preservation.

15. We consider, moreover, that the concept of heritage should be redefined and amplified by placing more emphasis on its inherent relation to local communities and their wellbeing, and hence its relevance to the notion and goals of sustainable development. In the context of World Heritage, and notably in the interpretation of the OUV of cultural heritage properties, this will require reflection on the capacity of a heritage property to be representative of aspects and features common to a broader culture and region and associated to the interaction of people with their environment. This would also strengthen

the operational links between the World Heritage Convention and national heritage policies aimed at improving the lives of local communities.

16. To take the above into account, we call for the practice of conservation to incorporate a new multi-disciplinary and inter-sectoral approach, which would be based on a fully participatory approach and integrate a consideration of social and economic dimensions through appropriate methodologies and indicators. Unless such a sustainable development perspective is integrated in the management of a World Heritage property, in the long run it would be difficult to ensure the conservation of its Outstanding Universal Value.

17. In developing a policy for a fully participatory and inclusive approach within the processes of the World Heritage Convention, attention should be paid in particular to more vulnerable groups. In this regard, in consideration of the on-going process for the development a policy on indigenous people within Unesco, and considering Decision 35 COM 12D taken by the World Heritage Committee at its 35th Session (Paris, 2011), we recommended that - in the framework of the efforts to develop a policy on sustainable development within the processes of the World Heritage Convention - further exploration take place of the principles of Free and Prior Informed Consent, human rights-based approaches and gender, and other themes currently under exploration in UN as they pertain to sustainable development.

18. We note, furthermore, how sustainable development is an objective which acquires its full meaning at a scale which is often much larger than that of a World Heritage property and is likely best captured at a regional and even national levels. For this reason, the identification, protection and management of World Heritage properties should be integrated within larger territorial development and planning policies and appropriate mechanisms of inter-institutional coordination, at all levels, should be in place.

19. At global level, we underline that the achievement of sustainable development requires consideration of inequalities and unbalances - within regions and between developed and developing regions - and calls for greater North-South and South-South cooperation and the strengthening of institutional coordination. In this context, and considering the primary importance of heritage for sustainable development, the World Heritage Convention should play an important role as an instrument of international cooperation, in close coordination and collaboration with other

Multilateral Environmental Agreements (MEAs), the United Nations System and other relevant international organisations, with an aim to promoting and achieving greater coherence in policies concerning sustainable development at all levels. The commitment to the principles of sustainable development, as advocated in the UN and Agenda 21, must involve policies to eradicate poverty by the distribution of wealth in national and international contexts, and new patterns of consumption, compatible with environmental preservation and commitment to current and future generations.

D - GUIDANCE RELATED TO SPECIFIC PROCESSES OF THE CONVENTION

D.1 - IDENTIFICATION, NOMINATION AND INSCRIPTION OF PROPERTIES

20. Proper consultation with local communities and stakeholders should be compulsory in the process of identifying and nominating new properties for World Heritage inscription.

21. The social and economic context of any new nomination should be carefully studied as well as the expected impacts of a nomination on the lives of local people, including in economic terms.

D.2 - PROTECTION AND MANAGEMENT

22. Management systems for the protection of World Heritage properties should ensure the financial viability and long term sustainability of their management through appropriate economic resources. At the same time, they should aim at ensuring that all opportunities are seized to provide local communities with the maximum level of continued benefit in terms of social welfare and livelihood opportunities, while maintaining or restoring the OUV.

23. Specific indicators of performance related to sustainable development should be integrated into management systems for World Heritage properties, building on best current practices. These could refer to the Millennium Development Goals (MDGs), the Convention on the Bio-Diversity (CBD) Strategic Plan, which represents a useful flexible framework that is relevant to all biodiversity-related conventions, the World Commission on Protected Areas (WCPA), the UNDP Human Development Index (HDI), as well as other relevant frameworks developed by concerned Agencies, and scaled to the national or site scale.

24. Buffer zones intended to mitigate risks to OUV should not only focus on the physical and visual dimensions, but should be delineated and planned for considering all possible threats to the values of the World Heritage property arising from political, economic, and socio-cultural dynamics as well. Similarly, buffer zones may provide opportunities for greater engagement by local communities, generating benefits for the World Heritage property and local stakeholders alike.

D.3 - STATUTORY MONITORING AND REPORTING (REACTIVE MONITORING AND PERIODIC REPORTING)

25. A framework of objectives-indicators related to the three pillars of sustainable development should be developed and then used for monitoring and reporting activities

at World Heritage properties, adjusted to their specific contexts, including within Periodic Reporting. The resulting data could be shared among concerned international bodies.

26. Reporting processes based on appropriate indicators that address sustainable development at World Heritage properties should include an evaluation and adaptive-management component. Advisory Bodies should be equipped with the required expertise and be directly involved in the process to ensure a better quality of reporting.

27. Linking and increasing the efficiency of reporting tools will facilitate compliance with reporting requirements and increase their usefulness. World Heritage national Focal Points and site managers should not be asked to collect and report more than is needed and what they do report should be used to the full extent practicable.

D.4 - SUPPORT FOR WORLD HERITAGE

28. Technical assistance programmes and projects developed and implemented in the framework of the World Heritage Convention should address sustainable development issues and utilise common and/or comparable indicators.

29. Capacity building activities on the integration of a sustainable development perspective in the implementation of the World Heritage Convention should be focussed, in particular, at the local level, and targeting various stakeholders, to increase the sense of ownership and commitment as well as benefits. A compilation of 'best practices', a Resource Manual and related training initiatives should be developed.

30. Incentives or other means to showcase best-practices in the integration of sustainable development in World Heritage should be encouraged as they provide opportunities to encourage learning across World Heritage properties, build capacities and reward performance.

31. It is necessary to increase investments in the preservation of natural and cultural heritage, especially in projects committed to sustainable development. In addition to increasing investments with non-reimbursable budgetary resources, multilateral financial organizations and national institutions should be encouraged to offer specific lines of credit.

RECOMMENDATIONS ON FOLLOW UP ACTIONS

The Participants in the Ouro Preto Meeting acknowledged that the Action Plan developed at the Paraty Meeting⁴ was still relevant and recommended that efforts continued to be made to implement its activities which had not yet been carried out. They further recommend that the following additional actions be implemented to contribute to the development and implementation of a policy on sustainable development within the processes of the World Heritage Convention:

4. The report of the Paraty Meeting, including its Action Plan, is accessible online from: <http://whc.unesco.org/archive/2010/whc10-34com-5De.pdf>

32. A small expert working group should be established to take the process further and develop a full policy on the integration of sustainable development into the processes of the World Heritage Convention, for consideration by the World Heritage Committee and possible inclusion in the Policy Guidance document that it decided should complement the Operational Guidelines. This policy should take into account the outcomes of the Ouro Preto and other meetings that are taking place in the anniversary year across the world as well as of the Rio+20 Conference, and also integrate all the reflection coming from previous and ongoing discussions on related topics such as communities, climate change, indigenous peoples, human rights, gender, etc. as far as they relate to sustainable development.

33. A comprehensive set of indicators related to sustainable development in the context of World Heritage should be developed through a dedicated Task Force.

34. The guidance recently developed by the Advisory Bodies on how to conduct a Heritage Impact Assessment (HIA) should be revised by integrating sustainable development concerns.

35. A study should be carried out, including based on best practices, on how the implementation of the World Heritage Convention can be better linked with national policies for the protection of heritage and sustainable development.

36. Consideration should be also given, possibly through a study, to exploring ways of better interpreting the Outstanding Universal Value by placing added emphasis on the local context and the capacity of a heritage property to be representative of aspects and features common to a broader culture and region and associated to the interaction of people with their environment.

37. Efforts should be made, in the context of the recently-adopted World Heritage Strategy for Capacity Building, towards the strengthening of the capacity, coherence and coordination for sustainable development of practitioners, institutional frameworks, communities and networks. This should be done through the development of guidance, tools and training programmes, and of pilot initiatives focusing on heritage protection and sustainable development, notably at jointly designated sites in cooperation among World Heritage, MAB and the relevant Multilateral Environmental Agreements.

38. In consideration of the crucial role of international cooperation in redressing unbalances and achieving sustainable development, and of the major importance of heritage in that regard, the World Heritage Committee should consider adopting a sixth “C”, for “Cooperation”, as part of its Strategic Objectives.

39. Given the close relation and interdependence between biological and cultural diversity and the need for a better integration and learning across cultural and biodiversity

related Conventions, it would be desirable to define common instruments and programmes among them. Perhaps it is time for a Unesco Universal Declaration on Sustainable Development and Bio-cultural Diversity, as a common legal framework for managing these programmes.

40. Consideration should be given to strengthening and broadening the scope of the Global Environment Facility (GEF), to support the effective implementation of obligations under global biodiversity Conventions at the national level.

ACKNOWLEDGEMENTS

41. The participants in the Meeting wish to express their deep gratitude to the Municipality of Ouro Preto and Iphan for the generous hospitality and perfect organization of the event. They also would like to recognize the invaluable contribution of the Chico Mendez Institute as well as the support provided by the Vale Foundation and the Roberto Marinho Foundation.

42. Thanks should go also to the Advisory Bodies as well as to the representatives of the Cites and UNEP/CMS Conventions, who contributed their expert knowledge to the debate and facilitated the discussion.

PARTICIPANTES / PARTICIPANTS







LISTA DE PARTICIPANTES / LIST OF PARTICIPANTS

ALBERTO PETRINA

Diretor Nacional de Patrimônio e Museus - Argentina
National Director, Heritage and Museums - Argentina

ALBERTO QUINTELA

Diretor Geral de Patrimônio - Uruguai
General Director, Cultural Heritage - Uruguai

ANA LUCIA PAIVA DE ZOLT

Banco Interamericano de Desenvolvimento/ BID - Brasil
Inter-American Development Bank/IAD - Brazil

ANDREA CURI ZARATTINI

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio - Brasil
Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation/ICMBio - Brazil

ANDREW SEIDL

Diretor de Economia - União Internacional para Conservação da Natureza/ IUCN
Head, Economics and Environment Programme - International Union for Conservation of Nature/IUCN

ANDREY ROSENTHAL SCHLEE

Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan - Brasil
Director, Department of Material Heritage and Inspection - Institute of National Historic and Artistic Heritage/ Iphan – Brazil

BERNARDO ISSA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio - Brasil
Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation/ICMBio - Brazil

BERT LENTEN

Secretário Executivo Substituto da Convenção das Espécies Migratórias do Programa Ambiental das Nações Unidas/CMS/ UNEP - Alemanha
Deputy Executive Secretary of Convention on Migratory Species of United Nations Environment Program/ CMS/UNEP - Germany

BRIGITTA RINGBECK

Ponto Focal Nacional para o Patrimônio Mundial da Alemanha
National Focal Point for World Heritage of Germany

CAROLINA CASTELLANOS

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios/ICOMOS - Brasil
International Council on Monuments and Sites/ ICOMOS - Brazil

CECILIE SMITH-CHRISTENSEN

Diretora Substituta da Fundação Nórdica do Patrimônio Mundial/NWHF - Noruega
Deputy Director, Nordic World Heritage Foundation/NWHF - Norway

CÉLIA MARIA CORSINO

Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan - Brasil
Director Department of Intangible Heritage of National Institute of Historical and Artistic Heritage/Iphan - Brazil

CELSO SALATINO SCHENKEL

Coordenador de Ciências da Unesco - Brasil
Coordinator of Sciences of Unesco - Brazil

CHARLES BINAM BIKOI

Centro Internacional de Investigação e Documentação sobre Tradições e Línguas Africanas
International Centre For Research And Documentation on African Traditions And Languages

EMÍLIO DE LA CERDA

Secretário Executivo do Conselho de Monumentos Nacionais - Chile
Executive Secretary, National Council of Monumental - Chile

ENRICO BERTACCHINI

Centro Internacional de Pesquisa sobre a Economia da Cultura da Politécnica de Turim/EBLA - Itália
International Center for Research on the Economics of Polytechnical Culture of Torino - Italy

FRANCISCO JAVIER LÓPEZ MORALES

Diretor do Patrimônio Mundial do México
Director of World Heritage of Mexico

GIOVANNI BOCCARDI

Especialista do Centro do Patrimônio Mundial da Unesco - Paris
Program Specialist, World Heritage Centre Unesco - Paris

INÉS PAZMIÑO GAVILANES

Diretora Nacional do Instituto Nacional de Patrimônio Cultural/INPC - Equador
National Director, Cultural Heritage National Institute/INPC - Equator

JOSÉ ARMANDO ZEMA DE REZENDE

Ministro Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores - Brasil
Counselor Minister, Ministry of Foreign Affairs - Brazil

JUAN LUIS ISAZA LONDOÑO

Diretor Nacional de Patrimônio do Ministério de Cultura - Colômbia
National Director of Cultural Heritage, Ministry of Culture - Colômbia

JUREMA MACHADO
Coordenadora de Cultura da Unesco - Brasil
Cultural Coordinator of Unesco - Brazil

KATARZYNA PIOTROWSKA NOSEK
Chefe do Departamento de Política de Patrimônio - Polônia
Head of the Heritage Policy Department - Poland

LUCIEN MUÑOZ
Representante da Unesco - Brasil
Representative of Unesco - Brazil

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan - Brasil
Chairman of National Institute of Historical and Artistic Heritage/Iphan - Brazil

LUIZ PHILIPPE TORELLY
Assessor da Presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan - Brasil
Presidency Advisor of National Institute of Historical and Artistic Heritage/Iphan - Brazil

MARCELO BRITO
Assessor de Relações Internacionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan - Brasil
International Affairs Advisor, National Institute of Historical and Artistic Heritage/Iphan - Brazil

MARCOS MICHEL LÓPEZ
Diretor Geral de Patrimônio Cultural do Ministério da Cultura - Bolívia
General Director of Cultural Heritage, Ministry of Culture - Bolivia

MARCOS REGIS SILVA
Chefe de Gestão do Conhecimento e Extensão de Serviços - Convenção Internacional contra o comércio de espécies ameaçadas - Suíça
Chief, Knowledge Management and Outreach Services - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora - CITES - Switzerland

MARIÂNGELA CASTRO
Gerente de Projetos de Patrimônio - Fundação Roberto Marinho - Brasil
Project Manager Heritage - Roberto Marinho Foundation - Brazil

MEI QING
Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Tongji - China
Associate Professor of College of Architecture and Urban Planning from Tongji University - China

MOHAMED EL ZAHABI

Delegado permanente do Egito na Unesco em Paris - Grupo de Estados Árabes
Acting permanent Delegate of Egypt to Unesco in Paris - Group of Arab States

NATALIA TUREKULOVA

Arquiteta-chefe de Empresa Estatal Kazrestavraziya do Ministério da Cultura - Cazaquistão
Chief Architect of State Enterprise Kazrestavraziya, Ministry of Culture - Kazakhstan

NURIA SANZ

Chefe da América Latina e Caribe do Centro do Patrimônio Mundial da Unesco - Paris
Chief of Latin America and Caribbean Unit, World Heritage Centre of Unesco - Paris

RAÚL GRIONI

Presidente do Instituto do Patrimônio Cultural do Ministério do Poder Popular para a Cultura - Venezuela
President of Cultural Heritage Institute, Ministry of Popular Power for Culture - Venezuela

RENATA COUTO

Coordenadora de Desenvolvimento de Patrimônio Institucional da Fundação Roberto Marinho - Brasil
Development Coordinator of Institutional Cultural Heritage, Roberto Marinho Foundation - Brazil

ROBSON ANTONIO DE ALMEIDA

Assessor do Departamento de Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan - Brasil
Advisor, Department of Material and Inspection of National Institute of Historical and Artistic Heritage/Iphan - Brazil

ROMAN FERNÁNDEZ-BACA CASARES

Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico/IAPH - Espanha
Andaluz Institute of Historical Heritage/IAPH - Espanha

VICENTE FRETES CIBILIS

Chefe da Divisão de Gestão Fiscal e Municipal da Gerência de Capacidade Institucional e Finanças do Banco Interamericano de Desenvolvimento/ BID - Brasil
Chief of the Fiscal and Municipal Management, Unit of Institutional Capacity and Finances, Inter-American Development Bank/IAD - Brazil

WEBBER NDORO

Diretor do Fundo do Patrimônio Mundial Africano/AWHF
Director of African World Heritage Fund of South Africa/AWHF



Vista de Ouro Preto, MG. Foto: Acervo Iphan/Marco Antônio Galvão
View of Ouro Preto, MG. Photo: Iphan Archives/Marco Antônio Galvão



FUNDAÇÃO VALE



Ministério da
Cultura

